

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA - FUV  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS



ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA  
NOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES

ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 31/08/2015.



ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA  
NOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES

Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação. Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública.

Orientador: Prof. Francisco de Assis Souza dos Santos

VITÓRIA

2015

Anjos, Anderson Mendes Batista dos  
Ensino Religioso escolar / Os impactos da formação continuada  
no professores da rede municipal de ensino de Colatina-ES /  
Anderson Mendes Batista dos Anjos. - Vitória: UNIDA / Faculdade  
Unida de Vitória, 2015.

x, 84 f. ; 31 cm.

Orientador: Francisco de Assis Souza dos Santos

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória,  
2015.

Referências bibliográficas: f. 79-84

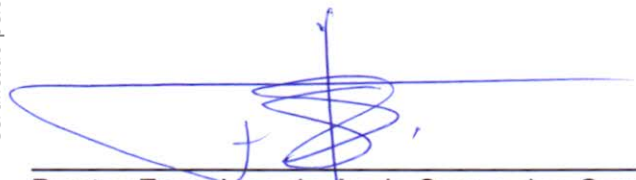
1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Ensino  
religioso escolar. 4. Formação docente. 5. Formação continuada. 6.  
Ensino religioso Colatina (ES). - Tese. I. Anderson Mendes Batista  
dos Anjos. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA  
NOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA - ES

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências das Religiões no  
Programa de Mestrado Profissional em  
Ciências das Religiões da Faculdade Unida  
de Vitória.


Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 31/08/2015.



Doutor Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA (presidente)



Drnd. Abdruschin Schaeffer Rocha – UNIDA



Doutor David Mesquiati de Oliveira – UNIDA

## DEDICATÓRIA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 31/08/2015.



Dedico este mestrado aos meus pais José e Marineti, às minhas irmãs Andressa e Fabíola e a todos os meus sobrinhos, pelo incentivo e apoio em todas as minhas escolhas e decisões.

A vitória desta conquista dedico com todo o meu amor unicamente a vocês! Muito obrigado por tudo!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e inspiração.

Aos meus pais, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida, especialmente pela minha formação.

Aos demais familiares, pelo incentivo sempre dado e por serem o meu porto seguro.

À Faculdade Unida de Vitória, pelas aprendizagens proporcionadas.

Ao Professor Francisco de Assis Souza dos Santos, pelas brilhantes orientações.

Ao Bispo Emérito da Diocese de Colatina – ES, Dom Décio Sossai Zandonade, grande inspirador do trabalho pastoral desenvolvido no mundo da educação.

À Professora Maria Auxiliadora Torezani de Oliveira, Secretária Municipal de Educação de Colatina – ES, pelas oportunidades concedidas em minha vida profissional.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Colatina – ES, sempre presentes nos momentos especiais de minha vida.

Aos colegas da Faculdade Castelo Branco e do Centro de Formação Profissional Castelo Branco, por contribuírem com o meu crescimento profissional.

Ao grupo de professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, pelos estudos realizados e pela valiosa colaboração dada à minha pesquisa.

Enfim, a todos que me incentivaram e me acompanharam em todos os momentos da minha vida acadêmica e profissional.

## A escola

Escola é...

O lugar onde se faz amigos.

Não se trata só de prédios, salas, quadros,  
programas, horários, conceitos.

Escola é, sobretudo, gente,  
gente que trabalha e estuda,  
que se alegra, se conhece, se estima.

O diretor é gente,  
o coordenador é gente, o professor é gente,  
o aluno é gente,  
cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor  
na medida em que cada um  
se comporte como colega, amigo, irmão.

Nada de “ilha cercada de gente por todos os  
lados”.

Nada de conviver com as pessoas e depois  
descobrir  
que não tem amizade a ninguém.

Nada de ser como o tijolo que forma a parede,  
indiferente, frio, só.

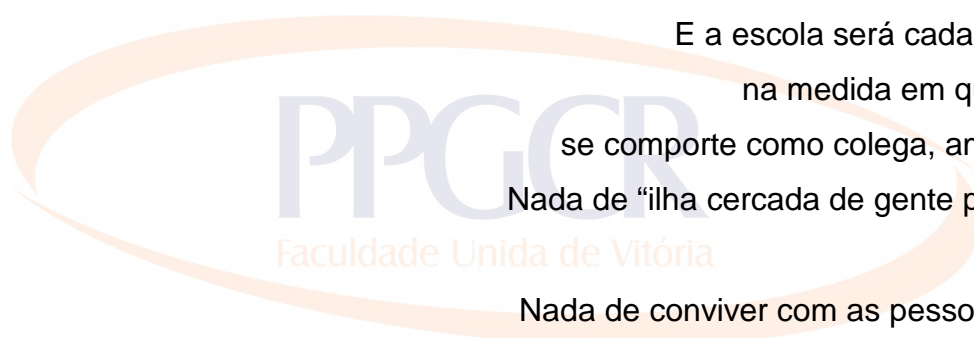
Importante na escola não é só estudar, não é  
só trabalhar,

é também criar laços de amizade,  
é criar ambiente de camaradagem,  
é conviver, é se “amarrar nela”!

Ora, é lógico...

Numa escola assim vai ser fácil  
estudar, trabalhar, crescer,  
fazer amigos, educar-se,  
ser feliz.

Paulo Freire (1921 - 1997)



## RESUMO

A presente pesquisa traz elementos importantes acerca da presença da disciplina “Ensino Religioso Escolar” nos currículos das escolas públicas municipais de Colatina – ES, tendo como eixos norteadores a legislação e a formação continuada de professores. Fundamentada por meio da interação entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, o relatório apresentado tem como objetivo geral compreender como ocorrem os processos de formação continuada dos docentes de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, apresentando as impressões dos atores envolvidos neste processo e os benefícios trazidos para o processo ensino e aprendizagem dos educandos. O primeiro capítulo traz dados históricos sobre o Ensino Religioso Escolar, dos avanços da legislação à formação de professores. O segundo capítulo traça um olhar sobre a presença do Ensino Religioso Escolar nas escolas públicas municipais de Colatina – ES, a normatização legal que ampara a existência dessa disciplina nos currículos e a sua importância na formação continuada dos docentes que ministram tais aulas. O terceiro capítulo foi enriquecido com dados coletados, por meio de questionários, e respondidos pelo grupo de onze professores que lecionam Ensino Religioso Escolar nas vinte e duas escolas de Ensino Fundamental – Anos Finais da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES e participam periodicamente de encontros de formação continuada específicos, promovidos pela Secretaria de Ensino deste município. Por meio do diálogo com teóricos como Junqueira, Freire, Nóvoa e Saviani, as análises feitas deixam em evidência que os impactos causados pela formação continuada oferecida aos professores de Ensino Religioso Escolar de Colatina – ES interferem positivamente na sua práxis em sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso Escolar. Docentes. Educandos. Formação Continuada.



## ABSTRACT

This research has important elements about the presence of “Religious Education” discipline in the public schools curriculum in Colatina – ES, with the guideline principles the legislation and the continued education of teachers. Grounded through the interaction between literature and field research, the report’s general objective is to understand how the continued education process of the Religious Education teachers of the Municipal Education Complex occur, with the impressions of the actors involved in this process and the benefits brought to the teaching and learning process of the students. The first chapter provides historical data on the Religious Education and the progress of the legislation to the teacher training. The second chapter gives a glimpse into de presence of the Religious Education in public schools in Colatina – ES, the legal regulation that supports the existence of this discipline in the curriculum and the importance of continued training of teachers that teach this discipline. The third chapter is enriched with data collected through questionnaires and answered by eleven groups of teachers who teach Religious Education in twenty-two primary schools- Final Years of the Municipal Education Complex of Colatina – ES and participate regularly in specific meetings of continued education, promoted by the Department of Education of this city. Through dialogue with theorists like Junqueira, Freire, Nóvoa and Saviani, the analyzes make it clear that the impacts of continued training offered to teachers of Religious Education in Colatina – ES positively interfere in their practice in the classroom.

**Keywords:** Religious Education. Teachers. Students. Continued training.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 RESGATE HISTÓRICO DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: DOS AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES</b> .....	13
1.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR .....	13
1.2 ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL – O ARTIGO 33 DA LDBEN Nº.: 9475/97 E SUAS FRAGILIDADES .....	19
<b>1.2.1 O artigo 33 da Lei 9475/97 e o Ensino Religioso escolar</b> .....	21
<b>1.2.2 A escola e o proselitismo</b> .....	22
1.3 A LEGISLAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....	25
1.4 PROFESSOR: UM SER EM CONSTANTE PROCESSO DE FORMAÇÃO .....	26
1.5 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL .....	30
1.6 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO .....	35
<b>1.6.1 A formação docente durante o período colonial</b> .....	36
<b>1.6.2 A formação docente durante o período imperial</b> .....	40
<b>1.6.3 A formação docente durante o período republicano</b> .....	41
<b>1.6.4 A formação docente para o ensino religioso e a LDBEN nº.:9.394/96</b> .....	43
<b>2 UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE COLATINA – ES</b> .....	47
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLATINA – ES: BREVE HISTÓRICO .....	47
2.2 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE COLATINA – ES .....	49
2.3 O ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES .....	51
2.4 A NORMATIZAÇÃO LEGAL DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES .....	53
<b>2.4.1 A formação continuada dos professores de ensino religioso escolar da rede municipal de ensino de Colatina – ES</b> .....	56
<b>3 OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES</b> .....	62

3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	62
3.2 VISÕES DE DURKHEIM, WEBER E BERGER: RELIGIÃO E SOCIEDADE .....	62
<b>3.2.1 O campo da pesquisa: professores de ensino religioso escolar da rede municipal de ensino de Colatina – ES.....</b>	<b>66</b>
<b>3.2.2 O caminho percorrido: instrumentos .....</b>	<b>67</b>
<b>3.2.3 A pesquisa .....</b>	<b>68</b>
<b>3.2.4 As análises.....</b>	<b>69</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>133</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho dissertativo apresentado nesta pesquisa, intitulada “Ensino Religioso Escolar: os Impactos da Formação Continuada nos Professores da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES é fruto de uma proposta apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória-ES, por meio do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, tendo como linha de pesquisa “Religião e Esfera Pública”. Trata-se de uma pesquisa importante na área de Ensino Religioso Escolar, justificando a importância da presença deste componente nos currículos das escolas de Ensino Fundamental – Anos Finais da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES.

A escolha do tema e da linha de pesquisa justificam-se pelo fato de o pesquisador atuar na docência há vinte anos, sendo quatro deles na área de Ensino Religioso Escolar em escolas da rede pública e da rede privada, e onze como formador pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Colatina – ES (SEMED), por meio do programa de Formação Continuada em Serviço, intitulado “FOCO”, voltado para todas as áreas específicas da rede municipal de ensino desse município, coordenando os estudos para os professores de Ensino Religioso Escolar.

O pesquisador possui ampla experiência com trabalhos pastorais ligados à Diocese de Colatina – ES, em especial nas áreas da Pastoral da Educação e Universitária. Esta identidade facilitou e interferiu diretamente na escolha do tema da pesquisa e na linha a ser seguida, sendo notória a sua aplicabilidade no campo pedagógico e pastoral.

Em 2005, o pesquisador foi convidado para coordenar os estudos específicos de Ensino Religioso Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Colatina – ES. Os professores participantes foram, especificamente, os que trabalhavam com a disciplina de Ensino Religioso. Para esses professores, participantes desse processo inovador de formação continuada, este seria um passo importante a ser dado para a consolidação da presença do Ensino Religioso Escolar no currículo das escolas públicas municipais de Colatina – ES. Afinal de contas, pela primeira vez, os professores tiveram a oportunidade de se reunir para discutir questões legislativas, pedagógicas e teóricas acerca desta área do conhecimento tão frágil.

Foi um grande avanço! Colatina – ES torna-se um dos poucos municípios do Espírito Santo a oferecer aulas de Ensino Religioso Escolar nos horários normais do Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme prevê a legislação atual, além de oferecer formação continuada específica para os seus professores.

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como ocorrem os processos de formação continuada dos docentes de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, apresentando as impressões dos atores envolvidos neste processo e os benefícios trazidos para o processo ensino e aprendizagem dos educandos.

Em se tratando dos objetivos específicos, buscou-se conhecer a trajetória histórica dos aspectos legais do Ensino Religioso Escolar e sua interferência sobre os processos de formação inicial e continuada de professores, analisar criticamente a presença desta área do conhecimento no currículo das escolas municipais de Colatina – ES, apresentando-lhe fundamentos legais e, por meio de pesquisa de campo, comprovar os impactos positivos causados por esta formação na prática do professor em sala de aula.

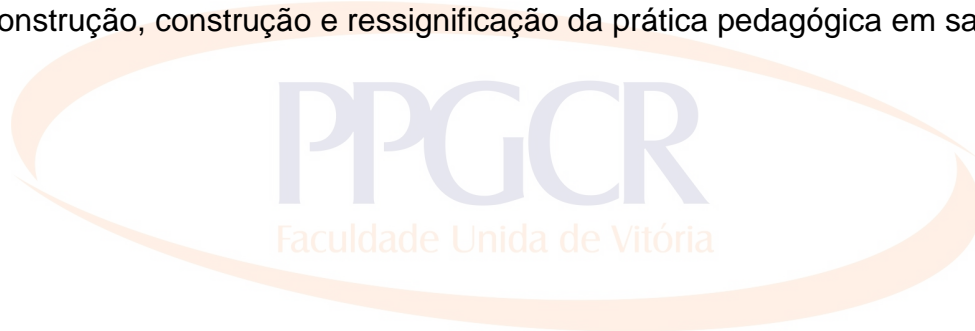
No primeiro capítulo foi realizada uma análise histórica do Ensino Religioso Escolar, da ação jesuítica aos dias atuais. Traz também reflexões acerca dos aspectos legais do Ensino Religioso Escolar no Brasil e no Estado do Espírito Santo: Artigo 210 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº.9.394/96, com nova redação dada pela Lei 9.475/97 e Resolução CEE/ES nº 1.900/2009. Todas as legislações supracitadas fundamentam a presença do Ensino Religioso Escolar nas escolas públicas municipais de Colatina – ES. Ainda neste capítulo, foi apresentada uma pesquisa bibliográfica acerca da formação do professor de Ensino Religioso Escolar: do período colonial à Constituição Federal de 1988. Neste capítulo, houve a oportunidade de se estabelecer um diálogo com teóricos importantes como Paulo Freire, Miguel Gonzáles Arroyo, António Manuel Seixas Sampaio Nóvoa, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira e Dermeval Saviani e suas impressões sobre a formação inicial e continuada de professores.

No segundo capítulo, foram tratados dados importantes sobre o município de Colatina – ES, que investe na formação continuada de seus professores, em especial, na formação dos professores de Ensino Religioso Escolar. Apresentou-se um diagnóstico da educação no município de Colatina – ES e o capítulo foi

encerrado com as informações teóricas acerca do processo de formação continuada oferecido aos professores de Ensino Religioso Escolar das escolas públicas municipais de Colatina – ES.

No terceiro e último capítulo, foram apresentados os resultados de uma pesquisa de campo realizada com os onze professores que ministram as aulas de Ensino Religioso Escolar nas vinte e duas escolas da rede pública municipal de ensino de Colatina – ES e participam periodicamente dos encontros de formação continuada. Além disso, a fundamentação teórico-metodológica que norteou as ações da pesquisa, os atores envolvidos, os caminhos percorridos e as análises feitas, a partir dos resultados obtidos, também foram devidamente evidenciados.

Os resultados apresentados no último capítulo justificam claramente que são totalmente positivos os impactos causados pela formação continuada nos professores de Ensino Religioso Escolar de Colatina – ES, seus processos de desconstrução, construção e ressignificação da prática pedagógica em sala de aula.



# 1 RESGATE HISTÓRICO DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: DOS AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

## 1.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR

Durante muito tempo, o Ensino Religioso tem sido motivo de vastos debates, não só por parte dos legisladores, mas também, por parte de estudiosos, com o objetivo de entender a natureza desta área do conhecimento e sua importância no currículo escolar.

Inicialmente, o Ensino Religioso era considerado como a presença do elemento eclesial na escola. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, propostos pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), a partir da segunda metade dos anos 80, até os dias atuais, esforços têm sido feitos por parte de muitos, no sentido de assegurar a presença do Ensino Religioso como disciplina normal do sistema escolar.

O documento assegura ainda que, no período de 1500 a 1800, predomina a fase da educação sob a ótica da Igreja Católica. O objetivo maior é instruir religiosamente os alunos para que se integrem nos valores da sociedade. A Igreja exerce um papel importante sobre o Estado e o que prevalece é o ensino da Religião oficial do país.

Os parâmetros relatam que, em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, o processo educativo foi repensado, com o intuito de atender a elite. Dentro desta nova dinâmica, várias escolas de ensino superior foram fundadas. No Império, o catolicismo continuou sendo a religião oficial. Na escola, prevalecia a obrigatoriedade do ensino dessa religião.

O qual descrevia que as tarefas dos professores no Império eram ensinar a ler, a escrever, a realizar as quatro operações de aritmética, a prática de quebrados, decimais, proporções, as noções de geometria, a gramática da Língua Portuguesa, os princípios da moral cristã e da doutrina católica. Indicava, também, para os meninos, a leitura da Constituição do Império e da história do Brasil.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: IBPEX, 2008.p. 22.

A partir de 1800 até por volta de 1964 a educação passa a ser referendada pelo Estado. Há uma preocupação com a escola pública, gratuita e laica. No entanto, em se tratando do papel do Ensino Religioso, este continua o mesmo, ou seja, mesmo com a direção do Estado, há uma total intervenção do processo de evangelização ditado pela religião majoritária do Brasil.

A Carta Magna de 1824 traz em seu artigo 5º o texto: “Religião Católica Apostólica Romana, a Religião oficial do Império”. Conclui-se, então que, o que se tem na escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana.

Com a promulgação da Primeira Constituição Brasileira, em 1824, origina-se o mais polêmico debate sobre o Ensino Religioso no Brasil. Isto porque o artigo 5º da Constituição traz em seu texto a afirmativa acerca da religião que se manteve. Assim: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, de forma alguma exterior de templo”.<sup>2</sup>

A Constituição de 1891, em seu Artigo 72, parágrafos terceiro e sexto, apresenta em sua redação o que segue, com relação ao Ensino Religioso:

Art.72

Parágrafo 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto.

[...]

Parágrafo 6º - Será leigo o Ensino Ministrado nos Estabelecimentos públicos. Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo.<sup>3</sup>

Percebe-se um avanço em relação à primeira Constituição. As confissões religiosas como um todo podem manifestar livremente as suas expressões e o ensino oferecido passa a ser leigo.

Na década de trinta do século passado, especificamente no ano de 1934, é promulgada uma nova Constituição Brasileira. No artigo 153 dessa constituição, há a formalização de como será a frequência do educando nas aulas de Ensino Religioso e como este deverá ser ministrado. Além disso, há a referência de como será

<sup>2</sup> BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824. Disponível em:

<<http://www.monarquia.org.br/pdfs/constituicaodoimperio.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

<sup>3</sup> BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 02 jun. 2015.



constituído enquanto matéria. Assim foi apresentado o referido artigo na Constituição de 1934:

O Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.<sup>4</sup>

Observa-se que nesse período o aluno tem direito a ter aulas de Ensino Religioso de acordo com os seus princípios religiosos e este está presente nos horários regulares das escolas.

Com o Estado Novo, o Brasil passa a ter uma nova Constituição, a de 1937. Nela, o Ensino Religioso perde o seu caráter de obrigatoriedade e este não implica obrigação para mestre e alunos.

Veja o que diz a redação em seu artigo 133:

O Ensino Religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores nem de frequência compulsória por parte dos alunos.<sup>5</sup>

Faculdade Unida de Vitória

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 apresenta o Ensino Religioso como disciplina dos horários normais das escolas oficiais, mesmo sendo esta disciplina de matrícula facultativa. Além disso, evidencia que as aulas, da referida disciplina, devem ministradas de acordo com a confissão religiosa dos alunos. Diz o artigo 168 da constituição, em seu parágrafo 5º:

O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal ou responsável.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de Julho de 1934. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

<sup>5</sup> BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

<sup>6</sup> BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

A Constituição do Brasil de 1967 apresenta o Ensino Religioso obrigatório para a escola, mas concede ao aluno o direito de optar pela frequência ou não às aulas. Versa o texto desta constituição: IV – “O Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio”<sup>7</sup>.

De acordo com os registros históricos apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o Ensino Religioso, a Ementa Constitucional N° 1 da Constituição de 1969 repete o texto da legislação de 1967.

A Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° Graus, de nº 5692/71, em seu artigo 7°, parágrafo único, repete o dispositivo da Ementa Constitucional N° 1 da Constituição de 1969.

A Constituição Federal em vigor, promulgada em 1988, garante em seu artigo 210, parágrafo 1°: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”<sup>8</sup>.

Esse artigo da Constituição serviu de base para a legislação educacional contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº.: 9394/96 que, em seu artigo 33, estabelece:

Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

- I- Confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas, ou
- II- Interconfessional, resultante de acordo entre diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.<sup>9</sup>

O dispositivo apresentado pela Constituição de 1988 e pela Lei nº.: 9394/96 foram causa de grande mobilização nacional, trazendo assim, um novo conceito de

<sup>7</sup> BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

<sup>8</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

<sup>9</sup> Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

Ensino Religioso, da sua prática pedagógica e da sua adaptação ao universo escolar.

Durante a elaboração da nova LDBEN, houve uma grande movimentação para dar ao Ensino Religioso o caráter de disciplina, igual às demais do currículo. Essa possibilidade foi totalmente descartada, a partir da inclusão da expressão “sem ônus para os cofres públicos”.

Lurdes Caron fez uma observação sobre o assunto:

Contudo, a expressão “sem ônus para os cofres públicos” suscitou e ampliou novos estudos sobre a identidade do Ensino Religioso. Reforçou a necessidade de serem salvaguardados os princípios da liberdade religiosa e do direito do cidadão que frequenta a escola pública. Isso implica em nenhum cidadão ser discriminado por motivo de crença; em ter assegurada uma educação integral, incluindo o desenvolvimento de todas as dimensões do seu ser, inclusive a religiosa, independente de concepção religiosa ou filosófica de qualquer natureza.<sup>10</sup>

Depois de muitos debates, surgiram várias propostas para alteração do artigo 33 da LDBEN 9394/96. O então deputado Padre Roque Zimmermann, membro da Comissão de Educação e do Desporto, foi o redator de três projetos apresentados ao Congresso Nacional, com o objetivo de propor a alteração da redação do artigo supracitado. Surge, assim, a alteração do Artigo 33 da LDBEN 9394/96, com a seguinte redação:

Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997.

Dá nova redação ao Art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 33 da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33 – O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Parágrafo 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

<sup>10</sup> CARON, Lurdes (org.) e Equipe do GREER. *O ensino Religioso na Nova LDB: histórico, exigências, documentário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 22.

Brasília, 22 de julho de 1997; 176° da Independência e 109° da República.  
 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
 Paulo Renato Souza.<sup>11</sup>

### Roque Zimmermann aponta uma novidade para o Ensino Religioso:

Pela primeira vez no Brasil se criam oportunidades de sistematizar o Ensino Religioso como disciplina escolar que não seja doutrinação religiosa e nem se confunda com o ensino de uma ou mais religiões. Tem como objetivo a compreensão da busca do transcendente e do sentido da vida, que dão critérios e segurança ao exercício responsável dos valores universais base da cidadania. Este processo antecede qualquer opção por uma religião.<sup>12</sup>

Caminhando na história, o ano de 1997 foi importantíssimo para o Ensino Religioso Escolar. A Lei nº 9475/97 passa a apresentar uma nova redação para o artigo 33 da LDBEN. Trata-se do primeiro artigo da legislação educacional brasileira que foi foco de discussões e modificações, com ampla participação de diversos atores do cenário nacional educacional, religioso e da sociedade em geral. A atual legislação apresenta o Ensino Religioso Escolar como um componente curricular importante que muito contribui para a formação global do cidadão.

Neste mesmo ano, são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso Escolar (PCNER's). Uma iniciativa do FONAPER, a partir de ampla participação de atores simpatizantes desta área. Pela primeira vez, a disciplina passa a ter parâmetros que norteiam a prática pedagógica do professor em sala de aula, apresentando pressupostos teóricos, didáticos e metodológicos, bem como, apresentando os conteúdos por meio de eixos organizadores<sup>13</sup>, a saber:

- Culturas e Tradições Religiosas;
- Escrituras Sagradas;
- Teologias;
- Ritos;
- Ethos.

Os eixos organizadores dos conteúdos propostos pelos PCNER's apresentam o Ensino Religioso Escolar como área do conhecimento e não como

<sup>11</sup> BRASIL. *Lei n. 9.475, 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 1997.

<sup>12</sup> ZIMMERMANN, Roque. *Ensino Religioso: uma grande mudança*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1998. p. 9.

<sup>13</sup> Critérios para organização e seleção dos conteúdos e objetivos do Ensino Religioso. Também chamados de blocos de conteúdos, de acordo com os PCNER's, de 1997.

espaço de doutrinação religiosa, sendo esta última, responsabilidade da família dos educandos e da denominação religiosa a qual pertencem. É tarefa da escola trabalhar as concepções pedagógicas e o conhecimento acerca da diversidade do fenômeno religioso presente em todos os povos.

Neste sentido, o Ensino Religioso Escolar passa a ocupar o mesmo patamar das demais disciplinas existentes nas propostas curriculares das escolas públicas brasileiras de ensino fundamental. Uma disciplina só é reconhecida realmente como ciência quando encontra alicerce no chão da escola e está atrelada ao “fazer pedagógico”, por meio de objetivos próprios, metodologias e critérios de avaliação bem definidos.

Os avanços apresentados proporcionaram, inclusive, a abertura de diversos cursos de formação específica em Ciências da Religião em várias regiões do país, habilitando, assim, os professores para lecionar a disciplina de Ensino Religioso Escolar e as admissões passaram a adotar os mesmos critérios adotados para os demais professores que lecionam outras áreas do conhecimento.

## 1.2 ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL – O ARTIGO 33 DA LDBEN Nº.: 9475/97 E SUAS FRAGILIDADES

O artigo 33 da LDBEN nº.: 9475/97 trouxe à tona uma série de reflexões acerca do papel do Ensino Religioso Escolar no universo escolar. Uma dessas reflexões destaca a importância desta área do conhecimento como responsável pela formação cidadã do indivíduo, além de abrir um leque de indagações a respeito da fragilidade deixada, quando ressalta que a matrícula é de natureza facultativa e não obrigatória.

Veja:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.<sup>14</sup>

Ao destacar que o Ensino Religioso “é parte integrante da formação básica do cidadão”, ressalta que esta é uma área do conhecimento humano como outra qualquer e precisa fazer parte do currículo das escolas públicas de ensino fundamental.

Segundo Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, “o direito à cidadania ou à abertura de uma nova relação é o desafio para a educação brasileira”.<sup>15</sup>

Os pressupostos legais apresentados pelo artigo 33 da LBDEN fazem refletir sobre a contribuição do Ensino Escolar na formação global do indivíduo em processo de escolarização, não a partir de uma visão catequética e proselitista, mas sim, com a finalidade de posicioná-lo diante da diversidade cultural e religiosa existente e como conviver com as diferenças existentes dentro de um país laico. Neste contexto, Junqueira, livre-docente em Ciências da Religião, reforça ainda que “A identidade do Ensino Religioso encontra-se na problemática da compreensão da educação e no modelo de ciência que prevalece historicamente entre as teorias de aprendizagem e as práticas desenvolvidas”.<sup>16</sup>

Para Junqueira, a fragilidade apresentada pelo Ensino Religioso Escolar fundamenta-se no processo histórico da própria disciplina. Um ensino orientado, durante muito tempo, pela Igreja Católica, com caráter proselitista e até mesmo discriminatório de acordo com as concepções e convicções de uma república. Outro fator que merece total atenção é que esta área do conhecimento não possuía “caráter pedagógico”, ou seja, a proposta curricular e a ação do professor estavam dissociadas das reflexões pedagógicas escolares. Faltava diálogo com a Pedagogia.

Ao afirmar que os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso, a legislação apresenta mais uma fragilidade. É tarefa do professor planejar os assuntos e conteúdos que deverão nortear o currículo do Ensino Religioso Escolar. O professor precisa ser inserido no contexto das discussões. O

<sup>14</sup> Artigo 33 da LBDEN nº.: 9394/96 (redação dada pela Lei nº.: 9.475, de 22.07.1997).

<sup>15</sup> JUNQUEIRA. *Processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 2002.p.26.

<sup>16</sup> JUNQUEIRA, 2002, p.27.

reconhecimento da cientificidade desta área depende do olhar da escola. Longe de quaisquer formas de proselitismo, a escola pode dar a todo indivíduo a oportunidade de refletir sobre a sua existência, além de proporcionar o contato com as diferenças culturais e religiosas existentes.

A responsabilidade dada à escola garante a função pedagógica da existência do Ensino Religioso Escolar: garantir que todos os educandos possam dialogar com as diferenças.

De acordo com a perspectiva de Nalon, o Ensino Religioso deve auxiliar a encontrar respostas a questões existenciais:

A sala de aula não pretende ser uma comunidade de fé, mas um espaço privilegiado de reflexão sobre limites e superações. Isto implica a necessidade de se construir uma pedagogia que favoreça tal perspectiva, porque o que objetivamos é fruto de uma experiência pessoal, na incansável busca respostas para as questões existenciais. É preciso interpenetrar teoria e prática. Nesse processo, a elaboração de uma linguagem simbólica favorece a descoberta e experiência dessa realidade.<sup>17</sup>

Nesse sentido, a compreensão da identidade do Ensino Religioso Escolar de acordo com o artigo 33 da LBDEN, dá-se por meio da busca dos elementos que fundamentam a história dessa disciplina, dos avanços legais perpassados pela área ao longo das diversas constituições federais do país, como também proporcionar momentos de discussão sobre a importância do conhecimento religioso para a formação plena do cidadão.

### **1.2.1 O artigo 33 da Lei 9475/97 e o Ensino Religioso escolar**

Com a LDBEN de 1996, artigo 33, modificado pela Lei 9475/97, as discussões acerca do Ensino Religioso Escolar passaram a ocupar o centro dos debates nas escolas e academias brasileiras. Tais debates, na sua maioria, tinham teor polêmico, uma vez que, para alguns estudiosos, religião não se ensina na escola. Isso é competência das confissões religiosas. Essa fragilidade fundamenta-

<sup>17</sup> NALON, Madalena. *O papel do Ensino Religioso na vivência de valores*. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Religioso) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.p. 23.

se ainda pelo fato de que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) não se posiciona claramente diante da questão, delegando esse papel aos sistemas de ensino.

A disciplina está legalmente fundamentada. O que se percebe, no entanto, é o caráter frágil dado à redação do artigo 33, a saber: a faculdade dada à matrícula, a admissão de professores, as diversas “autonomias” dos sistemas de ensino com relação às diretrizes curriculares para o Ensino Religioso Escolar e a presença insignificante dos professores e pedagogos nas discussões.

Tal afirmativa mostra claramente a necessidade da promoção de estudos que retratem as questões emergentes deste campo e, ao mesmo tempo, que o Ensino Religioso Escolar seja reconhecido como área do conhecimento com especificidade própria.

### 1.2.2 A escola e o proselitismo

A escola é o espaço de manifestação da diversidade cultural. Nela encontram-se diversos grupos sociais, cada um com características diferentes. O artigo 33 da LDBEN nº.: 9475/97, ao assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa na educação brasileira, atende às políticas públicas de inclusão da diversidade a partir da Declaração Mundial sobre Educação para todos, publicada pelas Nações Unidas em 1990, que destacou o compromisso da educação em respeitar o diferente.

No Brasil, existe um leque de legislações que assegura o direito à diversidade. Podemos elencar a Constituição brasileira de 1988, a Lei Nº.:9394/96, o Plano Nacional de Educação de 2011, a Conferência Nacional de Educação Brasileira a partir de 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2010, dentre outros.

No que se refere a essa temática, entretanto, a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), em missões de investigação realizadas entre 2010 e 2011, constatou graves situações de violação aos direitos humanos decorrentes da intolerância religiosa nas escolas públicas



brasileiras, que tem como principais vítimas os adeptos das religiões de matrizes africanas. Para a DHESCA, as políticas de inserção só se configurarão com o conhecimento e a efetivação da legislação, conforme podemos ler:

As estratégias de enfrentamento do problema passam necessariamente pela implementação efetiva da LDBEN alterada pela Lei n. 10.639 e pelo desenvolvimento de um regime de proteção à liberdade religiosa e à laicidade na educação pública.<sup>18</sup>

A Instituição Internacional Iniciativa das Religiões Unidas afirma que não haverá paz até que todos os grupos e comunidades reconheçam a diversidade de culturas e de religiões num espírito de respeito mútuo e de compreensão entre todos os envolvidos.

Diante do exposto, a expressão contida na legislação “vedadas quaisquer forma de proselitismo”, contribui para a efetivação de um currículo para o Ensino Religioso Escolar, valorizando, assim, a pluralidade cultural existente no Brasil. Assegura à escola o direito de inserir em suas propostas pedagógicas assuntos voltados para a diversidade religiosa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso propostos pelo FONAPER asseguram:

Se naqueles períodos esse Ensino foi considerado um elemento eclesial na Escola, pelo tipo de tratamento que lhe foi dado na segunda metade dos anos 1980 até o momento, o esforço tem sido envidado no sentido de assegurá-lo como elemento normal do sistema escolar. Para isso, não deve ser entendido como o Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa.<sup>19</sup>

A proposição apresentada reforça o caráter histórico do Ensino Religioso no país, que nasce catequético e puramente católico. O espaço escolar não pode ser monopolizado por uma ou mais tradições religiosas apenas, mas, sim, tal postura ameaça o processo de democratização e compromete a educação na futuridade e, como espaço de sistematização do conhecimento, cabe à escola trabalhar a diversidade plural e religiosa existente. Outro agravante exposto é a sobreposição de uma ou mais religiões em detrimento a outras. É da igreja o papel de doutrinar os

<sup>18</sup> PLATAFORMA DHESCA. *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação*. <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2015.

<sup>19</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso. *Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.p. 21-22.

seus fiéis. O papel da escola é transpor didaticamente os conteúdos relacionados à diversidade cultural e religiosa existente.

Ao trabalhar a diversidade em seus currículos, a escola proporciona um conjunto de práticas que permite aos alunos terem uma formação sociocultural crítica, capaz de lhes promover melhor competência e dignidade para atuar na sociedade.

Nesse contexto, encontram-se as ideologias doutrinárias, que são puramente proselitistas. Daí surge outro desafio pertinente: assegurar o princípio da liberdade democrática constitucional. Os cidadãos são livres e iguais, porém divergem de maneira irreconciliável entre si; são seres com convicções profundas. Nesse sentido, as Doutrinas Abrangentes, apresentadas por Rawls ganham importância para esta discussão. A validade das leis e das normas é estabelecida em um procedimento argumentativo que, por sua vez, acarreta o problema de delimitar as fronteiras entre o público e o não-público, o religioso e o laico.

Os cidadãos percebem que não podem chegar a um acordo ou mesmo aproximar-se da compreensão mútua com base nas doutrinas abrangentes irreconciliáveis. Em vista disso, precisam considerar que tipos de razões podem oferecer razoavelmente um ao outro quando estão em jogo perguntas políticas fundamentais.<sup>20</sup>

Para Rawls, o indivíduo deve abrir mão de suas verdades, que considera absolutas, ao se deparar com reflexões coletivas na esfera pública. A sala de aula é pública. Assim como na sociedade atual, a escola é composta por diferentes doutrinas que, além de serem abrangentes, são originárias de diferentes fontes e valores, constituindo, segundo Rawls, o “fato do pluralismo, marcado pelo conflito entre as doutrinas abrangentes”.<sup>21</sup>

O artigo 33 da LDBEN nº.: 9475/97 explicita a escola como espaço público e democrático, espaço dos que creem e dos que não creem. A escola tem o papel de fazer com que os seus educandos ampliem e aprimorem os conhecimentos prévios e adquiram novos conhecimentos de forma a assimilá-los e acomodá-los adequadamente para que, com isso, possam progredir e avançar. Trabalhando as diferenças existentes, a escola – espaço público e democrático – está/estará exercendo seu papel primordial, que é o de contribuir na/para a formação de

<sup>20</sup> RAWLS, J. A ideia da razão pública revista. In. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.173.

<sup>21</sup> RAWLS, 2001, p.174.

cidadãos críticos e ativos, capazes de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

### 1.3 A LEGISLAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo (ES) oferece o Ensino Religioso Escolar, nas escolas públicas estaduais, de acordo com o que propõe a Resolução do CEE/ES n.º.: 1.900/2009<sup>22</sup> (em anexo).

Em seu Artigo 1º, a resolução estadual afirma que: “A disciplina Ensino Religioso a ser ministrada no Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Espírito Santo obedecerá ao disposto na presente Resolução”.

Em cada estado da federação, de acordo com Estatuto divulgado pelo FONAPER, cabe ao Conselho do Ensino Religioso (CONER) pôr em prática várias ações, a saber:

- I- Congregar as denominações religiosas interessadas, com o objetivo de constituírem-se em entidade civil, para os fins previstos no parágrafo 2º do Artigo 33 da Lei n° 9394 de 20 de dezembro de 1996 com nova redação que lhe dá a Lei n° 9475, de 22 de julho de 1997.
- II- Articular a ação conjunta de todas as denominações associadas, com o objetivo de somar forças na busca de meios e condições que assegurem a tutela do direito à liberdade de consciência e confissão religiosa e do direito ao Ensino Religioso, como parte integrante da formação básica do cidadão.
- III- Colaborar com as competentes autoridades na regulamentação dos processos para a definição da formulação e execução dos conteúdos básicos, urgindo o cumprimento dos mesmos.
- IV- Apoiar a formação de profissionais para o Ensino Religioso.<sup>23</sup>

No Espírito Santo, o Conselho de Ensino Religioso do Espírito Santo (CONERES) tem a responsabilidade de ouvir os sistemas de ensino, no que diz respeito à organização e definição dos conteúdos a serem ministrados pelos professores da área, além de acompanhar o processo de admissão de professores

<sup>22</sup> ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. *Resolução CEE/ES n.º.: 1.900/2009*. Dispõe sobre a oferta da disciplina Ensino Religioso no Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial [dos Poderes do Estado], Vitória, 26 nov. 2009 p.13.

<sup>23</sup> BRASIL. *Lei n° 9394/1996*, Artigo 32, incisos I-IV CONERES, SEDU, Diretrizes e Orientações sobre o Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo. 2007.

de Ensino Religioso. Além disso, este é o órgão que zela, junto ao Estado, pelo cumprimento do Artigo 33 da LDBEN.

A Resolução CEE/ES nº 1.900/2009 trouxe maior fortalecimento para o CONERES que tem a função de informar, regular, orientar e incentivar o Ensino Religioso no Espírito Santo. A Secretaria de Estado da Educação (SEDU), mesmo diante desta regulamentação, enfrenta muitos desafios, dentre eles, a falta de profissionais qualificados para ministrar as aulas de Ensino Religioso Escolar.

No município de Colatina – ES, a SEMED adota a mesma legislação estadual para nortear as ações pedagógicas com relação ao Ensino Religioso Escolar.

Nas linhas seguintes abordar-se-á a importância da formação continuada para os profissionais que atuam na docência. Serão traçados aspectos importantes dos elementos históricos da formação inicial e continuada do professor de Ensino Religioso Escolar.

#### 1.4 PROFESSOR: UM SER EM CONSTANTE PROCESSO DE FORMAÇÃO

Os professores são seres em constante processo de formação. Aprendem constantemente com a realidade que os cerca. A vida os ensina a lidar com as surpresas que aparecem, com as adversidades, com as angústias, com as tristezas, com as alegrias, enfim, com os sentimentos. Esta é a essência da vida. Freire relata fatos da sua vida e das experiências adquiridas. Para ilustrar a importância do cotidiano como espaço formador, transcreveu-se um fragmento do texto “Paulo Freire por si mesmo”, que se encontra na primeira parte da obra *Conscientização* (1979):

Nasci em 19 de setembro de 1921, em Recife, Estrada do Encanamento, bairro da Casa Amarela. Joaquim Temístocles Freire, do Rio Grande do Norte, oficial da Polícia Militar de Pernambuco, espiritista, embora não fosse membro de círculos religiosos, extremamente bom, inteligente, capaz de amar: meu pai. Edeltrudes Neves Freire, de Pernambuco, católica, doce, boa, justa: minha mãe. Ele morreu há muito tempo, mas deixou-me uma marca indelével. Ela vive e sofre, confia sem cessar em Deus e sua

bondade. Com eles aprendi o diálogo que procuro manter com o mundo, com os homens, com Deus, com minha mulher, com meus filhos [...] <sup>24</sup>

Analisando o fragmento textual, apresentado acima, depara-se com uma grande aula de História do Brasil. Logo, percebe-se que cada um tem uma história própria, construída cotidianamente a partir das relações inter e intrapessoais. Freire mostra isso ao falar de sua trajetória de vida. Percorrendo a leitura da primeira parte da obra, em sua completude, elencam-se fatos históricos marcantes e importantes: “[...] A crise econômica de 1929 obrigou minha família a mudar-se para Jaboatão, onde parecia menos difícil sobreviver” ou “[...] O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também me levou à prisão por cerca de 70 dias”.

Quantas histórias são encontradas na história de vida de Freire? Quantas histórias são contadas cotidianamente nas escolas? Freire foi exilado e, ao voltar para o Brasil, já conhecido mundialmente, não foi reconhecido o suficiente pelos seus feitos. Tornou-se o maior educador popular e suas teorias embasadas numa educação libertadora trilharam academias do mundo afora.

Freire deixou-se formar... O professor precisa deixar-se formar. Formação é movimento, não é acomodação. A docência exige movimento constante. Freire registra algumas ideias que sustentam a importância da formação como elemento essencial para a desconstrução de práxis pedagógicas ultrapassadas, apresentando a prática educativa como movimento, em constante processo de evolução:

1. Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se) [...]
2. O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto [...]
3. Na medida em que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre este contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito. [...]

Os currículos escolares precisam estar em sintonia com a realidade dos educandos. A escola não é uma redoma de vidro. Ao contrário, abarca as mais complexas e possíveis vivências do mundo hodierno. Assuntos relacionados ao

<sup>24</sup> FREIRE, 1979 apud ALVES, 1970, p. 9.

<sup>25</sup> FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p. 19-21.

cotidiano precisam fazer parte das aulas, pois o educando não é um ser fragmentado, mas um ser em contexto. Ele traz de suas vivências extraescolares muitas experiências que enriquecem a vida acadêmica, tornando-a mais real para a comunidade escolar. Além disso, o professor deve ser um mediador que possibilite, constantemente, reflexões sobre a situação de cada um e de todos no que diz respeito ao ambiente em que está inserido.

Freire enfatiza que a realidade é desprovida de significados para quem não enxerga o educando enquanto ser histórico. Ser professor é estar em sintonia com a realidade e em constante processo de investigação. Entretanto:

[...] o professor fala da realidade como se esta fosse sem movimento, estática, separada em compartimentos e previsível; ou então, fala de um tema estranho à experiência existencial dos estudantes: neste caso sua tarefa é “encher” os alunos do conteúdo da narração, conteúdo alheio à realidade, separado da totalidade que a gerou e poderia dar-lhe sentido.<sup>26</sup>

Para que as realidades formativas possam ser redimensionadas é preciso que os professores estejam abertos às constantes novidades. Estar em formação é estar em contato com as práxis pedagógicas aliadas à realidade da comunidade escolar.

Para Bastos, o espaço/tempo escolar permeia e é permeado pelos demais espaços/tempos por nós vividos. Para ele:

[...] a formação dos profissionais de educação concretiza-se ao longo de sua vida profissional, pelos espaços por onde estes professores e professoras transitam. Diríamos, portanto, que reconhecer os espaços/tempos de formação dos profissionais de educação torna-se bastante significativo para entendermos como, onde e quando se processa essa formação.<sup>27</sup>

O autor sustenta a ideia de que a vida, em seu sentido lato, não se configura sistêmica, muito menos simples e linear. As relações entre trabalho, sociabilidade e subjetividade se dão entrelaçadas no processo de vida de cada ser humano. Assim, pode-se afirmar que o processo de formação continuada dos professores deve acontecer a partir das experiências, das relações, dos sujeitos e dos espaços propícios para a inovação das práticas educativas.

<sup>26</sup> FREIRE, 1979. p. 41.

<sup>27</sup> BASTOS, Maxwell Monteiro. Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimentos em rede. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p. 18.

Um dos pontos destacados por Bastos é a identificação dos ‘nós’ possíveis na rede de relações que se forma entre os vários espaços/tempos de formação do professor. É preciso identificar práticas formativas significativas e coerentes com a realidade.

Segundo Foerste, “[...] o professorado, através de laços coletivos de colaboração, deveria encontrar condições para a reflexão teórica e prática, impulsionando uma outra profissionalização docente”.<sup>28</sup> Essa precisa ser uma busca constante dos professores hoje. Sem parcerias, o processo formativo continuaria engessado e preso às raízes arcaicas e ultrapassadas, reprimindo, assim, as novas ações pedagógicas.

O fazer pedagógico precisa alavancar as mudanças sociais. Mudar a realidade. Os educandos precisam ser críticos e agentes ativos nos processos de ensino e aprendizagem. Freire destaca:

A neutralidade da educação, de que resulta ser ela entendida como um quefazer (sic) puro, a serviço da formação de um tipo ideal de ser humano, desencarnado do real, virtuoso e bom, é uma das conotações fundamentais da visão ingênua da educação. Do ponto de vista de uma tal visão da educação, é da intimidade das consciências, movidas pela bondade dos corações, que o mundo se refaz. E, já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais.<sup>29</sup>

As novas práticas pedagógicas interferem no “fazer pedagógico” do professor e repercutem positivamente no ambiente escolar. O professor é formador de “almas” e como tal, precisa estar em contato com as realidades para que a sistematização do conhecimento aconteça num ambiente propício para a associação teoria e prática.

Para isso, o docente precisa gostar do que faz, identificar-se com o seu trabalho e sentir-se valorizado. Arroyo registra o que segue:

[...] precisamos repor os mestres no lugar de destaque que lhes cabe. Fui percebendo que eles são mantidos em segundo plano. As escolas são mais destacadas nas políticas, na teoria e até nos cursos de formação do que os seus profissionais. Estes aparecem como um apêndice, um recurso preparado ou despreparado, valorizado ou desvalorizado. Depois que se decide a construção da escola, os currículos e seus parâmetros, as políticas

<sup>28</sup> FOERSTE, Erineu. *Parceria na formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 148.

<sup>29</sup> FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler* – em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006. p. 28.

de qualidade ou de democratização da educação... pensam nos recursos humanos que darão conta da tarefa.<sup>30</sup>

Arroyo faz uma profunda reflexão ao tratar acerca da instituição escola. Normalmente esta e suas vertentes como seu currículo, seus parâmetros, suas políticas, dentre outros, é o que se destaca. Não que tal fato não se importante. Com certeza o é. No entanto, ao pensar em educação, deve-se ter em perspectiva, num primeiro momento, os professores e não a instituição “escola”. Isso pelo simples e evidente motivo de que são aqueles os atores que trarão à cena todos os demais elementos para a efetivação de uma instituição escolar. O estudioso espanhol ressalta ainda que os pedagogos vieram antes da pedagogia ou da escola e que “[...] o magistério é anterior às instituições de ensino”

É importante tornar a dizer que o professor precisa ser valorizado. A valorização, que perpassa pelos mais diversos âmbitos, é indispensável para a validação de seu “fazer pedagógico”.

## 1.5 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL

Inicialmente, o ensino formal era responsabilidade das congregações religiosas, com destaques para a atuação jesuítica. O ato de ensinar estava interligado ao poder clerical e, na sua maioria, os professores eram religiosos. Para a elite, havia um ensino diferenciado, mais apurado, mas ainda fortemente influenciado pelas questões religiosas. Saviani evidencia:

[...] as ideias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas não como meras derivações da concepção religiosa (católica) de mundo, sociedade e educação, mas na forma como se articularam as práticas educativas dos jesuítas nas condições de um Brasil que se incorporava ao império português. Nesse contexto três elementos entrelaçaram-se compondo um mesmo movimento, dialetizado, porém, nas contradições internas a cada um deles e externas que os opunham entre si. Tais elementos são: a colonização, a catequese e a educação.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-10.

<sup>31</sup> SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 7.



A realidade supracitada manteve-se até o século XVIII até o Estado Português assumir as funções ligadas ao ato de ensinar. A reforma Pombalina trouxe à tona a relação do ensino como papel do Estado e os professores passam a ser laicos, servindo, assim, ao Estado.

[...] O ideário pedagógico traduzido nas reformas pombalinas visava a modernizar Portugal, colocá-lo no nível do Século das Luzes, como ficou conhecido o século XVIII. Isso significava sintonizá-lo com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, tendo como referência os países mais avançados, em especial a Inglaterra.<sup>32</sup>

Em 1772, o Marquês de Pombal instituiu, na Europa, a cobrança de um novo imposto. Tal imposto recebeu o título de subsídio literário que garantia o funcionamento das escolas públicas. Esse imposto incidia sobre a venda de carne e de aguardante.

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações”.<sup>33</sup>

A educação brasileira sofreu fortes impactos negativos a partir do novo ideário apresentado na Europa. Com as reformas propostas pelo Marquês de Pombal, surgem as chamadas “aulas régias”, ministradas por professores leigos e sem formação alguma. Os religiosos continuavam a atuar nas escolas católicas dedicadas à formação de sacerdotes. Verificava-se um retrocesso para a educação brasileira.

O Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam, no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> SAVIANI, 2008, p. 103.

<sup>33</sup> CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Saraiva, 1978.p. 128.

<sup>34</sup> ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados, 2004.p. 32.

Era visível a necessidade de formação de professores para atender às novas demandas. Começaram a surgir as primeiras escolas responsáveis pela formação de professores. O professor era reconhecido, não pelo recebimento de altos salários, mas pela função que exercia na sociedade. Colocavam em prática o que era prescrito pelo Estado.

Percebe-se, ao longo da história, que a profissão docente é marcada por descaso e alienação por parte dos sistemas. Nóvoa, em sua obra “Profissão Professor” destaca que o futuro da profissão docente precisa ser tema de debate constante entre os profissionais que atuam nesta área. Destaca ainda a importância da figura do professor, mesmo que sua voz não seja ouvida pelas diversas instâncias. Ressalta que é difícil imaginar um processo educativo que não conte com a mediação relacional e a cognitiva dos professores. Explicita, ainda, acerca do quantitativo de textos produzidos ao evidenciar que:

[...] é verdade que houve nos últimos anos grande abundância de textos sobre os professores, produzidos sobretudo no contexto de ações de formação contínua, de diplomas de estudos superiores especializados ou de mestrados em educação. Mas é preciso reconhecer que eles cumpriram essencialmente uma função de vulgarização, não tendo, na maior parte dos casos, contribuído para construir novos modelos de análise. Além disso, reforçaram-se na década de noventa uma série de processos de exclusão dos professores, no quadro de uma redefinição que tende a modificar as funções sociais e os papéis profissionais que lhes estavam tradicionalmente atribuídos.<sup>35</sup>

Desde o surgimento da escola, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o Capitalismo Industrial contribuiu para a chegada da escolarização<sup>36</sup> até as camadas populares. Esse fato ocorreu a partir da necessidade de formar operários qualificados para a indústria, aumentando, assim, a produção e o consumo.

Em meio a este emaranhado de interesses, está o professor, atrelado a este sistema de proletarização. Com a universalização do ensino, dada na década de 90, surge a necessidade de um “novo professor”, capaz de atender a toda a demanda escolar. Surgem as chamadas formações relâmpago totalmente distantes do cotidiano escolar. Nóvoa registra que “[...] a organização das escolas parece

<sup>35</sup> NÓVOA, Antônio. (Org.). *Profissão Professor*. Portugal: Porto, 1995.p. 7.

<sup>36</sup> O fenômeno da escolarização entendido no seu sentido mais amplo, somente pode ser plenamente dimensionado e razoavelmente entendido se levarmos em conta um tempo relativamente longo como, por exemplo, os últimos dois séculos na sociedade brasileira.

desencorajar um conhecimento profissional partilhado dos professores, dificultando o investimento das experiências significativas”.<sup>37</sup>

Desse modo, encontra-se na escola professores preocupados em repassar informações abstratas contidas em documentos oficiais. De acordo com Freire a educação bancária é um engessamento tanto do aprendiz quanto do ensinante, pois prevê a aquisição passiva e insípida dos saberes repassados pelas/os docentes, a serem adquiridos pelas/os estudantes.

Para que os educandos sejam realmente sujeitos ativos no processo educativo, capazes de interferir positivamente no meio em que vivem, Freire destaca que é imprescindível que a formação docente aconteça paralelamente à reflexão sobre a “prática educativo-progressiva”.<sup>38</sup> As concepções freireanas colocam o professor a todo tempo como sujeito aprendiz. Educadores e educandos precisam, o tempo todo, fazer trocas de experiências e saberes.

O ideário proposto por Freire pode ser até utópico, mas necessário para que o professor sinta a necessidade de rever sempre as suas práticas pedagógicas.

Mesmo diante da necessidade da formação docente, encontramos ainda no Brasil muitos professores leigos que atuam nas escolas sem formação específica. Nóvoa salienta que algumas pessoas têm do ensino a visão de uma atividade que se realiza com naturalidade, isto é, sem necessidade de formação específica:

[...] Ao longo do século XIX consolida-se uma imagem do professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devidas aos funcionários públicos, tudo isto envolto numa auréola algo mística de valorização das qualidades de relação e de compreensão da pessoa humana. Simultaneamente, a profissão docente impregna-se de uma espécie de entre-dois, que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores: não devem saber demais, nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais.<sup>39</sup>

É preciso reconhecer o “fazer docente” como profissão específica. Tardif reforça que “o saber docente é composto por vários saberes interligados a fontes disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais”.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> NÓVOA, António. Formação de professores e formação docente. In: NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, p. 26.

<sup>38</sup> FREIRE, 1996, p. 9.

<sup>39</sup> NÓVOA, 1992.p. 16.

<sup>40</sup> TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.p. 33.

Na segunda metade do século XIX, os professores passaram a ser reconhecidos de maneira ambígua, ou seja, apesar de terem a influência relevante nas comunidades, não eram burgueses, mas possuíam certa autonomia. Nóvoa ilustra que:

[...] não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc.<sup>41</sup>

Nóvoa destaca ainda que o início do século XX foi um período de ouro para os docentes, a partir do movimento escolanovista. Esse movimento apresenta uma nova imagem para os professores. Não se estabelecia mais a identidade desse profissional com um mero trabalhador. Ao contrário disso, passaram a serem reconhecidos como profissionais pertencentes a uma determinada categoria. Além disso, possuíam formação profissional específica e participavam de associações da classe.

Atualmente, sente-se a necessidade de ter, ou seja, de se estabelecer espaços formativos para os professores, para que possam dialogar e (com)partilhar experiências. Para Saviani, as ações falar e realizar estão bem distantes uma da outra, pois “[...] quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e [...] quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.”<sup>42</sup>

O autor destaca a importância do professor como agente transformador da realidade, uma vez que esta é a cada novo momento redimensionada e reformulada, devido as novas e atuais informações que surgem. Por esse motivo, o papel da escola não se encontra vincado em repasses estanques de conteúdos, tampouco em pensamentos ultrapassados. Mas, está interligado a questões históricas que regem a sociedade e que precisam ter dispensado sobre si um olhar questionador e contextualizante, pois a vida deve ser enriquecida por questões adequadas à

<sup>41</sup>NÓVOA, 1995, p. 18.

<sup>42</sup> SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. Campinas: Autores Associados, 2000.p. 30.

atualidade e não puramente repassadas de tempos em tempos sem nenhuma reflexão pertinente.

Os professores precisam perceber que o ato de ensinar depende intimamente do ato de aprender e que a responsabilidade e o compromisso coletivo precisam fazer parte da profissão docente. Segundo Nóvoa, a formação docente é, “provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no sector educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui se produz uma profissão”.<sup>43</sup> Não por acaso, então, ser o docente um elo tão necessário para o estabelecimento de pontes entre o saber, a experiência e da assimilação e acomodação do conhecimento.

Para que os professores possam rever as suas práticas pedagógicas e até mesmo desconstruí-las, é necessário que os espaços de formação continuada sejam consolidados e repensados.

## 1.6 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Analisando a contextualização histórica do Ensino Religioso no Brasil, percebe-se que um dos percalços encontrados é a formação do professor.

Junqueira reforça sobre a importância do estabelecimento de políticas de formação, sobretudo, a partir da década de 90:

A identidade do Ensino Religioso, construída inicialmente substancialmente pelas legislações, também pode ser compreendida pelos esforços em estabelecer uma política de formação. A década de noventa do século passado é, com certeza, um período que marca esse percurso.<sup>44</sup>

Durante muito tempo, em especial nos períodos antecedentes à década de 1990, a formação dos professores de Ensino Religioso Escolar estava sob a tutela das religiões cristãs, em especial, a Católica. As propostas confessionais e interconfessionais apresentadas eram adotadas pelos sistemas de ensino. Na sua maioria eram cursos livres na área de Teologia, Catequese, Educação Cristã, dentre outras.

<sup>43</sup> NÓVOA, 1995, p.26.

<sup>44</sup> JUNQUEIRA, Sérgio. (Org). *O Sagrado: fundamentos e conteúdo do Ensino Religioso*. Curitiba: IBPEX, 2009.p. 21-23.

De acordo com Junqueira, os recursos aplicados nestas formações originavam-se, na sua maioria, dos investimentos feitos pelas igrejas ou eram aplicados pelo próprio docente, e os cursos ministrados não graduavam os professores de Ensino Religioso, diferentemente do que acontecia com as demais disciplinas. Estes possuíam graduações reconhecidas pelo MEC e podiam prestar concurso público e ingressar na carreira docente. Os professores de Ensino Religioso Escolar não gozavam desses mesmos direitos. Os cursos feitos não eram reconhecidos pelo MEC e as contratações eram feitas apenas em caráter temporário.

Desse modo, é comum encontrar professores que lecionam a disciplina de Ensino Religioso Escolar há anos, sem formação específica reconhecida e sem direitos trabalhistas legais como os demais profissionais da mesma categoria. Isso porque estes profissionais não podiam prestar concurso público para atuar na área.

O cenário nos mostra que, em nível de Brasil, não existem políticas de formação docente para o Ensino Religioso Escolar e os cursos de licenciatura<sup>45</sup> nesta área são precários.

### **1.6.1 A formação docente durante o período colonial**

Com a chegada dos portugueses no Brasil, por volta do ano de 1500, os povos indígenas que aqui habitavam foram “catequizados”. Essa catequese, na verdade, essa educação dos povos indígenas brasileiros, que chegavam a quase 300 (trezentos) integrantes, esteve inteiramente voltada aos interesses coloniais. Rampinelli afirma que o intuito dos colonizadores era destruir as crenças e, assim, “arrancar as raízes destes povos, bem como apagar a memória histórica de suas lutas, de seus triunfos, suas derrotas, seus heróis e seus mártires. Sabiam os europeus que um povo sem memória seria subjugado mais facilmente”.<sup>46</sup>

As comunidades nativas brasileiras tiveram a sua essência cultural ignorada em favor do pensamento dos colonizadores europeus. Estes, por sua vez, tinham os

<sup>45</sup> Em nível de Brasil, destaca-se a precariedade de cursos de licenciatura plena na área de Ensino Religioso Escolar.

<sup>46</sup> RAMPINELLI, Waldir; OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). *Os 500 anos: a conquista interminável*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 120.

nativos como selvagens, adoradores de deuses estranhos e descaracterizados de uma linguagem formal. Na verdade eram considerados inumanos, melhor, animais que precisavam ser domesticados pela imposição da fé.

Segundo Figueiredo, a Carta de Pero Vaz de Caminha remetida ao Rei de Portugal, afirma: “(...) o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece, que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar [...]”.<sup>47</sup>

A “educação encabestrada”<sup>48</sup> deste povo foi realizada por representantes da Coroa Portuguesa, durante o processo de conquista, por meio da catequese e da instrução. Mattos cita que:

Dele dependeria (...) o êxito da arrojada empresa colonizadora; pois que somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas.<sup>49</sup>

Os jesuítas que formavam a Companhia de Jesus chegam ao Brasil com o objetivo de criar um sistema de ensino público/gratuito, além de catequizar os nativos. Eles chegam em 1549, juntamente com o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza.

De acordo com os portugueses, o sistema escolar a ser implantado no Brasil deveria seguir, ou melhor, seguiria os moldes europeus e seria aplicado por representantes da Coroa.

Este plano de estudos visava, em princípio, catequizar/instruir os indígenas, filhos de colonos, mamelucos e órfãos. Este processo se iniciava com o ensino da língua portuguesa, seguindo pela doutrina cristã, leitura e escrita, canto orfeônico, música instrumental, sendo os dois últimos, opcionais.

Por volta de 1556, o Plano de Estudos passa por um processo de reformulação. Apresentavam-se dois horizontes formativos: de um lado, a formação profissional e agrícola e de outro, a formação gramatical e a saída para estudos na Europa. Este modelo educacional sofreu resistência por parte dos jesuítas, em especial por Manuel da Nóbrega.

<sup>47</sup> FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O tema gerador no currículo de educação religiosa: o senso do simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 85.

<sup>48</sup> Encabestrada aplicada aqui, no sentido de cabresto, manipulação.

<sup>49</sup> MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema. A formação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.p. 31.

Em 1599, a Companhia de Jesus começa a colocar em prática uma nova proposta de formação, trazendo à tona elementos culturais da Europa e diversos cursos na área de Humanidades, Filosofia, Teologia e estudos na Europa.

Ribeiro cita:

O plano legal (catequizar os índios) e o plano real se distanciam. Os instruídos serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequizados. (...) A catequese (...) interessava à Companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, (...) ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra.<sup>50</sup>

Os seminários católicos são criados, com o objetivo de formar sacerdotes para a Companhia de Jesus. São criadas também escolas para meninas, além de colégios voltados para a formação da elite. Os colégios elitizados possuíam regras para admissão de professores. Estes só se tornavam aptos para lecionar aos trinta anos de idade. Neles, os livros eram selecionados, os conteúdos eram monitorados, principalmente os voltados para Filosofia e Teologia. Objetivamente, visava-se o cunho religioso, conteúdo/metodologia escolástica medieval, afastando as religiões nativas e emplastrando pesquisas científicas vigorantes, características do século XVII.

O privilegiamento do trabalho intelectual em detrimento do manual afastava os alunos dos assuntos e problemas relacionados à realidade imediata, distinguindo-os da maioria da população que era escrava e iletrada e alimentava a idéia(sic) de que o mundo civilizado estava "lá fora" e servia de modelo. Os "letrados" acabavam por rejeitar não apenas esta maioria, e exercer sobre ela uma eficiente dominação, como também a própria realidade colonial, contribuindo para a manutenção deste traço de dominação externa e não para sua superação.<sup>51</sup>

A Igreja Católica Apostólica Romana foi especialmente importante para a formação do sistema educacional brasileiro. Conforme registros historiográficos, a educação do país esteve ligada restritamente a seminários e a colégios católicos. O ensino-aprendizagem orbitava única e exclusivamente em torno dos ideais imputados pelo clero. Não havia outra forma, outro meio de se obter educação formal sem ser perpassada pelos ditames da Santa Igreja. Esse quadro educacional se manteve até a expulsão jesuítica, realizada pelo Marquês de Pombal.

<sup>50</sup>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15a.ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 1998.p. 11-12.

<sup>51</sup> RIBEIRO, 1998, p.28.



Com a eliminação das missões, por meio do Tratado de Madri, mais de dois mil sacerdotes voltaram à Itália a mando do governo da época. Sobre esse fato, Eduardo Galeano relata:

Os jesuítas tinham ensinado os guaranis a usar relógios, arados, sinos, clarinetes e livros impressos em sua própria língua guarani; mas também tinham ensinado os índios a fabricar canhões para se defender dos caçadores de escravos.<sup>52</sup>

Com a saída dos educadores jesuítas, comunidades de produção, bens de consumo, igrejas, fábricas, escolas, dentre outros, foram desfeitos ou vendidos. Galeano ainda cita: “A população nativa volta para a selva, se marginaliza, tornando tal como um resquício inóspito da sociedade”.<sup>53</sup>

Assim, o rompimento causado pelo Marquês de Pombal, tinha o intuito de reformar a educação de modo útil ao Estado, antes de servir primordialmente aos interesses da Igreja, sendo uma âncora para a Coroa.

Para Junqueira, a questão educacional adentra a um novo patamar, pois “com a saída dos jesuítas, rumo a Portugal, os estabelecimentos educacionais deixados são agora regidos por padres franciscanos e beneditinos, resistentes às ideias (sic) iluministas”.<sup>54</sup>

Por meio de Alvará, datado de 28 de junho de 1759, surge o cargo de Diretor Geral dos Estudos. Comissários. A função desse diretor era, além de verificar o estado das escolas, verificar o conhecimento dos professores, o material didático que utilizavam e se possuíam formação específica para exercer a profissão. Com isso, os professores tiveram de prestar exames, concursos para cátedras de Latim e de Retórica. Houve observância, por inquéritos, de professores sem licença ou que utilizavam livros não permitidos. Por fim, para se estabelecer um ensino público ou particular deveria ser emitida, após diversas observações e análises realizadas pelo Diretor Geral dos Estudos Comissários, uma licença por esse mesmo diretor.

<sup>52</sup> GALEANO, Eduardo. *As caras e as máscaras*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1985. p. 368.

<sup>53</sup> GALEANO, 1985, p.368.

<sup>54</sup> JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Ensino Religioso: um histórico processo. In: Luís ALVES, Sérgio R. JUNQUEIRA (Orgs.). *Educação Religiosa: construção da identidade do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar*. Curitiba: Champagnat, 2002. p. 245.

### 1.6.2 A formação docente durante o período imperial

Neste período, surgem as escolas imperiais. Contudo, faltavam escolas públicas que atendessem aos filhos da elite. Uma vez que faltava escola para a classe social mais abastada, torna-se evidente que nessa época, a educação era privilégio de poucos. Sendo assim, o analfabetismo era grande, sobretudo a partir da saída dos jesuítas do Brasil. De acordo com Giles, com a Monarquia Constitucional, o Brasil viveu sob o regime do Padroado, até a Proclamação da República, tendo o imperador como ditador da Igreja Católica no país, porém, a Igreja não tinha autoridade sobre a educação pública.<sup>55</sup>

Em 1824, os alemães luteranos chegam ao Brasil, trazendo em suas bagagens um farto acervo cultural humano. Quatrocentas escolas foram criadas por colonos instalados nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Para Streck, nestas escolas eram ministradas aulas na linguagem alemã, não sendo, portanto, reconhecidas pelo Estado Imperial.<sup>56</sup>

Conforme relata Lorenzetti, com a influência religiosa diversificada, surgiram vários colégios particulares, com separação de sexo, internatos masculinos e femininos, e com regimes e propostas curriculares pedagógicas diferentes.<sup>57</sup>

O Ensino Religioso é mencionado pela primeira vez num documento oficial voltado à educação escolar, em 15 de outubro de 1827:

Os professores ensinarão a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimaes, proporções, as noções, mais geraes de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião cathólica apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil.<sup>58</sup>

Percebe-se uma forte influência dos preceitos religiosos católicos na educação brasileira. O Ensino Religioso, historicamente, apresentou-se em duas

<sup>55</sup> GILES, T. Ransom. *História da Educação*. São Paulo: E.P.U. 1987. p. 304.

<sup>56</sup> STRECK, Danilo R. *Educação e Igrejas no Brasil*. São Leopoldo: CELADEC/IEPG; São Bernardo do Campo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1995.p. 31.

<sup>57</sup> LORENZETTI, Altair Anacleto. *Romanização do Catolicismo (1890-1930) e Educação do Brasil: um estudo de caso: os franciscanos*. Curitiba: PUCPR. 1998.p. 25.

<sup>58</sup> IMPÉRIO DO BRASIL. *Documentos complementares do Império do Brasil*. (15 de outubro de 1827). In: BONAVIDES, P., AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*, v. VIII. Brasília: Senado Federal, 1996.

fases. Inicialmente, sob o regime do padroado e do regalismo e outra, voltada para o liberalismo. O Ensino Religioso existe na escola pública, porém, de frequência opcional por parte do educando.

### 1.6.3 A formação docente durante o período republicano

O artigo 72 da primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em seu parágrafo 6, declara: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. A partir de então, o Ensino Religioso passa a ser alvo de grandes discussões. Até a década de 30, clero e dirigentes da república não se entendem com relação à permanência e função do Ensino Religioso no sistema educacional público. A situação passa a ter certo conforto somente durante o Governo Vargas, por meio do “Pacto Lateranense”, também conhecido com Tratado de Latrão, assinado no dia 11 de fevereiro de 1929, e que teve como ponto principal, a criação do Estado do Vaticano. Para Junqueira, percebe-se, porém, que nesta época, os interesses eram meramente políticos e visavam manter a estreita relação entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana.<sup>59</sup>

A Constituição de 1934 cita:

O Ensino Religioso será de matrícula facultativa e ministrado de acôrdo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos paes e responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionaes e normaes.<sup>60</sup>

Assim, Ribeiro reforça:

A educação brasileira continuava, entretanto, sendo praticamente orientada pelas escolas religiosas até a década de trinta, uma vez que os docentes, na sua maioria, eram oriundos de escolas particulares religiosas, que primavam por uma sólida formação religiosa a subsidiar seus currículos. Com a criação do Ministério da Educação e da Saúde uma série de medidas reformistas passou a gerenciar e encaminhar a organização de um sistema de ensino público brasileiro.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 245.

<sup>60</sup> BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1934

<sup>61</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 8. ed . São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1998. p. 9.

Em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, as escolas privadas tiveram cortes de verbas e algumas, inclusive, encerraram as suas atividades. Em 1930 decreta-se a nacionalização das escolas, extinguindo muitas delas, sobretudo as luteranas, devido à ausência de professores que dominassem o português. De acordo com Lorenzetti, “lideranças religiosas das escolas católicas assumiram a direção e a docência destas escolas, garantindo que algumas não fechassem as portas, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial”.<sup>62</sup>

Criam-se escolas confessionais em várias partes do país, em função dos trabalhos educacionais realizados por diversas religiões cristãs. No período de 1880 a 1904, educadores metodistas fundam suas escolas. A partir de 1870, criam-se os colégios evangélicos da Igreja Presbiteriana Independente. A Igreja Anglicana surge na educação em 1916, criando, por exemplo, o atual Colégio Santa Margarida de Pelotas. Para Streck, com o surgimento das mais diversas escolas, percebeu-se que “era clara a necessidade de se escolarizar a população e de se propor um Ensino Religioso diferenciado do católico, com iniciativas, em certos casos de caráter interconfessional, principalmente no Sul do país”.<sup>63</sup>

Em várias partes do país, sobretudo nos estados do Sul, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71, o Ensino Religioso passa a ter caráter ecumênico. Segundo Figueiredo:

As propostas de formação para educadores e os materiais didáticos apresentam, nesta época, linguagem ecumênica, embasadas, principalmente, pelo Movimento Ecumênico Internacional, pelo Conselho Mundial de Igrejas (1948) e pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).<sup>64</sup>

Nessa época, cursos de Teologia, de Catequese, de Educação Cristã, dentre inúmeros outros, eram oferecidos para atender a formação dos/as professores/as de Ensino Religioso. No entanto, tais cursos não eram reconhecidos pelo MEC. Além disso, eram custeados por instituições internacionais ou pelo próprio professor.

---

<sup>62</sup> LORENZETTI, 1998, p. 25.

<sup>63</sup> STRECK, 1995, p. 31.

<sup>64</sup> FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 126.

#### 1.6.4 A formação docente para o ensino religioso e a LDBEN nº.: 9.394/96

Em 1995, os PCNER's foram elaborados, sendo aprovados pelo Plenário do FONAPER, em março de 1996. Por meio desses referenciais, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram juntos encontrar o que há de comum numa proposta educacional, que tem como objeto de estudo o Transcendente.

Em 1997, surge um artigo substitutivo à Lei 9.394/96. O novo artigo não apresenta novas terminologias e aceita as discussões feitas por diversas entidades preocupadas com o Ensino Religioso Escolar, principalmente as reflexões feitas pelo FONAPER. Conforme nova redação do Artigo 33 da LDBEN 9.394/96, o Ensino Religioso passa a ter caráter de disciplina escolar sem doutrinação religiosa, visando a busca do transcendente e do sentido da vida, bases da cidadania.

Percebe-se, portanto, a necessidade de se abrir frentes de formação inicial e continuada de professores de Ensino Religioso Escolar, em atendimento à nova legislação. Segundo Junqueira, “aos grupos interessados, abre-se um diálogo buscando uma elucidação deste problema”.<sup>65</sup> Preparar o profissional para a atuação na área de Ensino Religioso torna-se um desafio, devendo, este, minimamente ter uma formação própria de licenciado.

Oliveira afirma:

O envolvimento de Universidades, Secretarias de Educação, FONAPER, Grupos Educacionais e Religiosos comprometidos com uma educação de efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, não tem se limitado às questões relativas à formação inicial de docentes para o Ensino Religioso, mas se ampliam e completam com propostas e ações de formação continuada e com pesquisas para esta área do conhecimento. Muitos e diferenciados são os desafios postos. O lastro histórico que subsidia e constitui uma área de conhecimento, ao mesmo tempo, que a impulsiona e mobiliza na organização de novas tramas e tessituras, também pode inibi-la e constrangê-la na efetivação delas.<sup>66</sup>

É imprescindível que todos os espaços formativos tenham uma preocupação ímpar com relação à formação de professores para o Ensino Religioso Escolar. Comprometer-se com uma educação de qualidade, é comprometer-se, também, com

<sup>65</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 245.

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Lillian Blanck. *Formação de docentes para o ensino religioso: perspectivas e impulsos a partir da ética social de Martinho Lutero*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.

uma proposta inovadora de formação continuada para docentes que atenda às demandas pedagógicas e metodológicas a serem, posteriormente, aplicadas em sala de aula.

As informações disponíveis diariamente no mundo moderno e a velocidade com que estas se propagam, exigem que os profissionais das diversas áreas estejam em constante processo de formação. Os profissionais que lidam com a sistematização dos conhecimentos em sala de aula precisam se apropriar dos momentos formativos contínuos como forma de inovação de suas práxis e reflexão acerca do papel que devem desempenhar na escola do século XXI.

Porém, o que se nota é que, apesar do acelerado avanço das informações, a escola pouco mudou, cabendo ainda espaço para a educação reprodutivista, ou seja, o professor é mero transmissor de informações, sem torná-las significativas e contextualizadas. Para Alarcão, “urge a necessidade de a escola mudar, rompendo velhos paradigmas, enquadrando-se na atualidade”.<sup>67</sup>

Reavaliar conceitos, crenças e práticas são alguns dos objetivos do processo de formação continuada dos professores. O professor da atualidade precisa estar em constante processo de formação e informado acerca dos acontecimentos do mundo moderno, repensando também os assuntos e conteúdos curriculares a serem abordados nas diversas áreas do conhecimento, desconstruindo as práticas pedagógicas ultrapassadas e atendendo às novas exigências da educação atual.

O processo de formação continuada de professores não é novidade. Vários são os autores que apresentam discussões sobre esta temática e ressaltam sua relevância para os profissionais do ensino, como Candau (1997), Nascimento (2000), Pimenta (2002), entre outros. No entanto, salientamos sua importância, relacionando-a com a necessidade de mudança da escola.<sup>68</sup>

Verifica-se, assim, que, para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser devidamente acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada. Isso pelo simples fato de que, assim como ocorre na

<sup>67</sup> ALARCÃO, Isabel (Org.) *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.p. 48.

<sup>68</sup> CHIMENTÃO, L. K. O significado da formação continuada docente. In: *Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar*, 2009. Londrina. UEL 2009.p. 3.

sociedade, a escola precisa acompanhar as mudanças surgidas e, para que tal ação se estabeleça o professor deve estar em constante formação, pois estar atualizado é um dos fatores para o bom desenvolvimento das aulas.

Chimentão afirma ainda que:

Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos.

Ressaltamos que a formação continuada não descarta a necessidade de uma boa formação inicial, mas para aqueles profissionais que já estão atuando, há pouco ou muito tempo, ela se faz relevante, uma vez que o avanço dos conhecimentos, tecnologias e as novas exigências do meio social e político impõem ao profissional, à escola e às instituições formadoras, a continuidade, o aperfeiçoamento da formação profissional.<sup>69</sup>

É imprescindível que a formação continuada dos professores seja significativa, capaz de contribuir para a construção de novas concepções pedagógicas e metodológicas a serem colocadas, posteriormente, em prática, na sala de aula. Apesar de existirem espaços de formação continuada, estes podem apresentar baixa eficácia, a saber: a distância entre teoria e prática, a ausência de projetos coletivos inovadores e as reações de indiferença por parte dos professores.

Candau afirma que:

A formação continuada não pode ser concebida como um processo de acumulação (de cursos, palestras, seminários etc, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim como um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento.<sup>70</sup>

A formação continuada não pode ser vista como um receituário pronto a ser colocado em prática pelo professor e nem será solução para todos os problemas do ambiente escolar. Será um processo valiosíssimo se conseguir aproximar a teoria da prática e levar o professor à desconstrução de práticas ultrapassadas e à construção de novos paradigmas pedagógicos a serem colocados em prática em sala de aula.

<sup>69</sup> CHIMENTÃO, 2009, p. 03.

<sup>70</sup> CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. IN: MIZUKAMI, Maria da Graça N.; REALI, Aline Maria de M. Rodrigues. *Formação de Professores: Tendências Atuais*. São Paulo: EDUFSCar e FINEP, 1996. p. 139-152.

A formação continuada é um dos requisitos fundamentais para a transformação do professor, de mero transmissor de conhecimentos, para um importante mediador do processo de sistematização dos conhecimentos existentes no mundo e transformados em novidade por meio da escola.

É o que será visto no próximo capítulo, ao conhecer o processo de formação continuada dos professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES.





## 2 UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE COLATINA – ES

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLATINA – ES: BREVE HISTÓRICO

De acordo com Colatina (2004)<sup>71</sup>, atravessado pelo Rio Doce e a uma distância aproximada de 120 km da Capital do estado, o Município de Colatina – ES integra o chamado Polo Colatina – ES, localizado na região centro-oeste do Espírito Santo. Abriga uma população etnicamente diferenciada destacando-se, em seus primórdios, os índios botocudos e, ao longo da história, os imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães.

Em 30 de dezembro de 1921, data de sua emancipação, Colatina – ES compreendia o território hoje ocupado pelos municípios de Linhares, Baixo Guandu, Pancas e São Gabriel da Palha. Passou a administrar, então, ¼ da área do Estado, isto é, 10.410 km<sup>2</sup>, tornando-se assim o maior município capixaba.

Ao emancipar-se, Colatina – ES recebeu o nome que hoje ostenta em homenagem a dona Colatina Muniz Freire, esposa do primeiro governador do estado, Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire.

Três fatos marcantes desencadearam o processo de desenvolvimento do Município: a inauguração da navegação pelo Rio Doce, em 1923, com o tráfego dos vapores Tupy, Tamoio e Juparanã, a construção da ponte “Florentino Avidos” e a entrada em cena da Estrada de Ferro “Vitória a Minas”, duas obras de importância fundamental para a sociedade que emergia, ambas construídas em 1928.

Nesse momento de efervescência política e social e de grande expansão territorial, Colatina – ES emerge no cenário capixaba como um dos dois mais importantes municípios, o que lhe valeu o cognome de “Princesa do Norte”. No entanto, a geografia política da região foi se alterando progressivamente com o desmembramento de seu território e a criação de novos municípios: Baixo Guandu em 1935, Pancas e São Gabriel da Palha em 1963 e, um pouco mais tarde, em 1980, Marilândia. Em 1990, São Domingos do Norte emancipa-se. Por último em

---

<sup>71</sup> COLATINA. *Lei n.º: 4.984*, de 13 de julho de 2004. Aprova o Plano Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação de Colatina, 2004. p. 02-03.

2001, desliga-se o antigo distrito de Governador Lindenberg, tornando-se também município. Hoje Colatina – ES cobre uma área de 1.428 km<sup>2</sup>, que se limita com cinco dos seus antigos distritos, os municípios de Baixo Guandu, Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg e Marilândia, além dos municípios de Itaguaçu, São Roque do Canaã, João Neiva e Linhares.

O desenvolvimento econômico do Município teve origem com o ciclo do café, que atingiu seu ponto culminante na década de 50, época em que o município recebeu do Governo Federal o título de maior produtor de café mundial. No entanto, a crise dos anos 60 provocou a perda de 60% dos cafezais para os nascentes municípios de Pancas e São Gabriel da Palha. Além da drástica redução das lavouras, ocorreu momentaneamente uma sensível baixa nos preços do produto. Interrompia-se, assim, esse ciclo de prosperidade, o que determinou uma série de ajustes na economia colatinense, para que se tornasse menos dependente do café.

Contudo, apesar da crise do café, Colatina – ES ainda ocupa um lugar de destaque no ranking dos maiores produtores de Estado. É responsável por 70% das transações efetuadas na região, e a estrutura da comercialização do produto se mantém firme.

Nos anos 70, a economia do Município começou a receber influxos de uma crescente industrialização, com resultados surpreendentes: o setor de confecções, abrangendo 514 empresas e o setor moveleiro, representado por 151 fábricas – 97% das quais são micro e pequenas empresas – se constituem em importantes polos industriais, conhecidos nos maiores centros do país.

Mas era preciso atrair novos investimentos e diversificar a produção agrícola. Hoje, Colatina – ES desponta com expressividade na fruticultura, graças ao cultivo da banana e da manga e à produção alternativa de graviola, goiaba, coco e maracujá. Na pecuária, ocupa posição de destaque no Estado entre os criadores de gado bovino e é também um grande criador de suínos. Na produção mineral, a maior riqueza é o granito, com extração em várias jazidas e duas usinas de beneficiamento.

Como no resto do país, o desenvolvimento industrial da região impulsionou um movimento migratório no sentido rural – urbano, fenômeno conhecido como êxodo rural, determinando um incremento na população urbana. Além disso, as migrações procedentes de outros Municípios e de Estados vizinhos aceleraram esse crescimento populacional, inchando as periferias. Dados do Censo Demográfico de

2010, realizado pelo IBGE, mostram que dos 111.291 habitantes do município, 97.898 residiam na zona urbana, enquanto apenas 13.393 permaneceram na zona rural. Em decorrência desse movimento migratório, grandes contingentes de crianças passaram a buscar educação nas cidades, criando um desequilíbrio entre a oferta de ensino e as novas demandas.

## 2.2 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE COLATINA– ES

O diagnóstico da Educação no Município de Colatina – ES, expõe informações e dados colhidos de fontes diversas, especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que permitem compreender como se encontra estruturado e oferecido o ensino na cidade, nas diferentes instâncias administrativas, em todos os níveis, etapas e modalidades.

Segundo informações do IBGE sobre o Censo Demográfico 2010, a população do município de Colatina – ES era de 111.788 habitantes, sendo 97.898 na zona urbana e 13.393 na zona rural. A população estimada para 2014 era de 121.670 pessoas.

De acordo com Colatina (2015)<sup>72</sup>, o município de Colatina – ES oferece à população diversos níveis, etapas e modalidades da educação especificados na legislação vigente, principalmente na LDBEN nº.: 9394/96, que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação e a Educação Profissional desenvolvida por meio de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores.

A oferta desses diferentes níveis e modalidades da educação dá-se por meio de mantenedores do poder público que administram as instituições de ensino municipais, estaduais e federais, e também por pessoas físicas ou jurídicas de

---

<sup>72</sup> COLATINA. *Diagnóstico Preliminar do Plano Municipal de Educação – 2015*. Secretaria Municipal de Educação de Colatina, 2015. p. 02.

direito privado, que mantêm e administram as instituições de ensino particulares e filantrópicas.

O atendimento da rede municipal está concentrado nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental apresentando o maior número de instituições de educação do município; a rede estadual oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio, apresentando o maior número de instituições de ensino médio do município; a rede federal atende ao Ensino Médio e à Educação Superior (nas modalidades presencial e à distância), e a rede privada oferece atendimento a todos os níveis e etapas de ensino, o Ensino Superior do setor privado compreende 02 instituições que oferecem cursos presenciais e 03 que oferecem cursos na modalidade à distância. Grande parte das instituições atende a mais de um nível ou a mais de uma etapa de ensino.

O poder público municipal, representado pela Prefeitura de Colatina – ES, mantém uma rede de ensino vinculada ao Sistema Estadual, composta por 20 centros de educação infantil e 01 anexo, 27 Escolas Municipais de Ensino Fundamental, das quais 22 atendem também a educação infantil com turmas de 4 e 5 anos, 45 Escolas do Campo, sendo 10 pluridocentes, 31 unidocentes e 04 Escolas Municipais Comunitárias Rurais.

O poder público estadual, representado pelo Governo do Estado do Espírito Santo mantém no município de Colatina 11 Escolas Estaduais que oferecem ensino médio e médio profissionalizante e, destas, 06 oferecem também ensino fundamental.

A União mantém na cidade 02 Institutos Federais de Educação que oferecem ensino médio, educação profissionalizante e ensino superior. Mantém também 01 Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferece ensino superior à distância em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) .

As instituições de ensino administradas e mantidas por iniciativa privada e as filantrópicas totalizam, no município, 16 unidades, sendo 01 de Educação Infantil, 05 de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 04 de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, 01 de Ensino Fundamental e Médio e 05 de Ensino Superior (dentre estas, 02 na modalidade presencial e 03 na modalidade de educação à distância).

### 2.3 O ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES

A LDBEN nº.: 9.394/96 em seu Artigo 8º e a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 211 fundamentaram legalmente a participação efetiva dos municípios brasileiros nos processos educacionais, em especial nos segmentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais). Cabe ressaltar que várias escolas estaduais de Colatina – ES, que ofereciam essas modalidades de ensino foram, por força de lei, municipalizadas. Sendo assim, coube à municipalidade, por meio da SEMED, dinamizar todo o acompanhamento administrativo e pedagógico dessas escolas, agora pertencentes ao município de Colatina – ES.

Cita o Artigo 8º da LDBEN nº.: 9.394/96:

Art.8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.<sup>73</sup>

Já o Artigo 211 da Constituição Federal de 1988 determina:

Art.211 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.<sup>74</sup>

Na década de 1990, as escolas municipais de Colatina – ES que ofereciam a modalidade de ensino “Anos Finais do Ensino Fundamental” possuíam em seu currículo a disciplina de Educação Religiosa. Os profissionais que ministravam essa disciplina nas escolas estaduais participavam de cursos de capacitação, de no mínimo 40h, oferecidos pelo Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso do Espírito Santo (CIERES), em parceria com a SEDU e possuíam, na

<sup>73</sup> Artigo 8º da LDBEN nº.: 9.394/96.

<sup>74</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

sua maioria, cursos de licenciatura em História e Pedagogia, além de Habilitação para o Magistério em nível Normal.

Os assuntos e conteúdos abordados nas aulas de Educação Religiosa eram organizados à luz das capacitações oferecidas e tinham um caráter ecumênico, voltados para a formação de valores. As aulas da disciplina não apareciam no horário dos educandos, sendo oferecidas no final de cada turno, ou por meio de projetos.

Com a alteração do Artigo 33 da LDBEN nº.: 9.394/96 (redação dada pela Lei nº.:9.475, de 20.07.1997), e com a municipalização das escolas estaduais, a Secretaria Municipal de Educação de Colatina – ES, agora responsável pelas orientações pedagógicas norteadoras de todo o currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, inclusive das propostas didáticas e metodológicas do Ensino Religioso Escolar, sentiu a necessidade de normatizar a existência da disciplina na escola, de acordo com esta nova legislação.

Assumir os Anos Finais do Ensino Fundamental foi uma experiência totalmente nova para o município de Colatina – ES, já que esta municipalidade era responsável apenas pela Educação Infantil e pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Para atender a legislação em vigor, a disciplina passa a ser incluída no currículo como “Ensino Religioso”, aparecendo nos horários normais de aulas do Ensino Fundamental, Anos Finais, e os professores foram admitidos por meio de concurso público.

Nesta época, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina (FAFIC), atual Faculdade Castelo Branco, a partir de orientações da SEDU, com o aval do CIERES, ofereceu um curso sequencial de Ensino Religioso com uma carga horária total de trezentas e sessenta horas. Vários professores que possuíam cursos de licenciatura fizeram o curso e, conseqüentemente, o concurso público para ministrar as aulas de Ensino Religioso.

É importante ressaltar que o município de Colatina – ES não se constitui num sistema próprio de ensino. Logo, a legislação que rege a rede municipal de ensino é a mesma que rege o Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, representado pela SEDU. Logo, as legislações que amparam a existência do Ensino Religioso Escolar no currículo das escolas municipais de Colatina – ES são: Artigo 210 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Artigo 33 da

LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9.394/96, com nova redação dada pela Lei 9.475/97 e Resolução CEE/ES nº 1.900/2009.

Outro avanço foi a normatização da Resolução CNE/CEB 02/98. Esta resolução estabelece que a Educação Religiosa compõe a base comum nacional como parte integrante da formação do cidadão.

Mesmo não entrando no cômputo total das 800 horas anuais de formação sistematizada oferecidas aos alunos do Ensino Fundamental, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar (Parecer nº.: 05/97), o Ensino Religioso passou a ser oferecido em todas as escolas municipais de Colatina – ES que possuíam turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A disciplina passou a ter o mesmo tratamento didático e pedagógico como as demais disciplinas que eram apresentadas na proposta curricular das escolas municipais, respeitando sempre o direito de facultatividade do aluno, a partir de parecer de seus responsáveis, com relação à participação nas aulas de Ensino Religioso.

#### 2.4 A NORMATIZAÇÃO LEGAL DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA–ES

O Ensino Religioso Escolar, componente importante existente na matriz curricular das escolas da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, e ancorado nas propostas pedagógicas das instituições educacionais que oferecem a modalidade de ensino Anos Finais do Ensino Fundamental, é normatizado pelas seguintes legislações: Artigo 210, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Artigo 33 da LDBEN nº.:9.394/96, com nova redação dada pela Lei 9.475/97 e Resolução CEE/ES nº.: 1.900/2009.

Como o MEC delega aos sistemas estaduais de ensino que norteiem as orientações a serem dadas com relação à inclusão do Ensino Religioso Escolar no currículo das escolas brasileiras, no município de Colatina – ES, a disciplina é regida e fundamentada pela Resolução CEE/ES nº.: 1.900/2009.

Analisando as propostas pedagógicas das escolas municipais de Ensino Fundamental de Colatina – ES, percebe-se claramente a presença do Ensino Religioso Escolar, em consonância com as normatizações apresentadas pela

Resolução CEE/ES n.º.: 1.900/2009. Em muitas delas, inclusive, o texto original da resolução aparece, em anexo.

No início do ano letivo, as escolas realizam reuniões informativas com os pais dos alunos, apresentando-lhes toda a organização curricular, o embasamento legal e a proposta curricular do Ensino Religioso Escolar. Esta prática fundamenta a importância da disciplina supracitada no currículo escolar e permite que a família do educando participe ativamente do processo educativo de seus filhos.

Mesmo diante da facultatividade dada pela legislação em vigor, com relação à frequência às aulas de Ensino Religioso Escolar, na Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, raros são os educandos que não participam das aulas, graças ao trabalho realizado pelos professores nas escolas municipais, a partir das reflexões feitas ao longo dos anos de formação continuada.

Para ilustrar a aplicabilidade da Resolução CEE/ES n.º.: 1.900/2009 que ampara a existência do Ensino Religioso Escolar nas escolas municipais de Colatina – ES, o pesquisador, a fim de enriquecer este trabalho com dados reais, realizou uma pesquisa, por meio de relatórios, com quatro diretores das escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais que oferecem a disciplina em seus currículos – de escolas públicas municipais de Colatina – ES. Cada um dos diretores fez um relatório acerca da importância do Ensino Religioso Escolar no currículo e sua fundamentação na proposta pedagógica da escola.

Ressalta-se que os nomes dos diretores serão eticamente preservados e que os documentos comprobatórios da participação deles nesta pesquisa estão de posse do pesquisador e serão guardados por este. Dessa forma, cada um dos diretores colaboradores será indicado didaticamente por meio de uma consoante maiúscula do alfabeto, a saber: A, B, C e D. Além disso, será respeitada, na íntegra a forma como tais colaboradores redigiram os relatórios. Sendo assim, as citações acerca dos depoimentos serão transcritas para esta pesquisa tal como foram respondidas.

Inicialmente, os diretores relataram sobre a importância da presença e da oferta do Ensino Religioso Escolar nas escolas públicas municipais de Colatina – ES. Veja:

DIRETOR A: [...] A disciplina de Ensino Religioso na rede municipal de ensino de Colatina-ES faz parte da Organização Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental, perfazendo um total de 40 horas/ano.



Essa carga horária obrigatória é distribuída ao longo do ano com uma aula semanal com duração de 50 minutos, sendo facultativa.

DIRETOR B: [...] A disciplina de Ensino Religioso é importante, pois, assim como as outras disciplinas, pode contribuir para a formação moral dos alunos, numa época em que estamos vivenciando a transitoriedade dos valores. O Ensino Religioso pode contribuir com reflexões e iniciativas, reavivando a compaixão entre as pessoas. O artigo 33 da LDBEN garante ainda que o Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão [...].

DIRETOR C: [...] O Ensino Religioso em nossa escola é de suma importância, pois estuda o fenômeno religioso, investigando a relação do ser humano com o Transcendente. A partir dos eixos temáticos do Ensino Religioso, as aulas abordam as variadas formas de ligação com o Transcendente, respeitando o que há de mais precioso em cada povo e cultura, tratando com profundo respeito as diversas convicções religiosas presentes em nossa comunidade e abolindo o proselitismo [...].

DIRETOR D: [...] Partindo do pressuposto que, para a escola desempenhar o seu papel, é necessário que trabalhe mais que informações e conceitos, o Ensino Religioso veio ao encontro desse anseio com a historicidade dos povos e suas relações com o transcendente, com o trabalho voltado para o reposicionamento de atitudes e, conseqüentemente, a formação de valores, o que gera uma melhoria de vida. Com base legal, o Ensino Religioso integra a parte diversificada da organização curricular, que postula ser o mesmo de matrícula facultativa para o aluno [...].

Nos relatos, percebe-se claramente que, em todas as escolas, a disciplina “Ensino Religioso Escolar” é ofertada ao aluno, em cumprimento à legislação vigente. A falta de professores capacitados e a facultatividade da legislação justificam a não-oferta da disciplina nos currículos das escolas da maioria dos municípios brasileiros. Em Colatina – ES, as escolas fundamentam a presença deste componente em suas propostas pedagógicas e possuem uma proposta curricular de Ensino Religioso Escolar, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais propostos pelo FONAPER.

Com relação à frequência dos educandos às aulas de Ensino Religioso Escolar, acompanhem os relatos dos diretores:

DIRETOR A: [...] a frequência é de 100% dos matriculados, pois é informado ao pai ou responsável pela matrícula a metodologia do trabalho que é pelo respeito ao próximo, a ética e a formação cidadã, não admitindo o trabalho de religiosidade tendencioso, nem discussões que possam levar à valorização de uma religião em detrimento das outras. Desde que foi instituído na rede o componente curricular, salvo equívoco no ano de 2001, só tivemos um caso de pai que veio até à escola por orientação do pastor de sua igreja, para que seu filho não frequentasse as aulas, pois temia pela desvirtuação do mesmo. Naquele momento, conversamos com a mãe sobre os problemas de relacionamento e de aceitação de sua condição social e que faríamos um trabalho nesse

sentido. Pedimos um prazo para que ela pudesse avaliar o trabalho. Ao final desse tempo, a mãe agradeceu e sinalizou positivamente sobre a necessidade do filho em frequentar as aulas.

DIRETOR B: [...] Nossa escola oferece a matrícula obrigatória, em cumprimento à legislação vigente, porém de caráter facultativo. Em nossa realidade escolar, não temos nenhum aluno que não frequente as aulas, sendo de grande aceitação pela comunidade escolar. Já aconteceu de alguns pais nos procurarem para se interessarem dos conteúdos ministrados nas aulas, como uma forma de se certificarem de que os mesmos não estarão ferindo seus princípios religiosos [...].

DIRETOR C: [...] Ressaltamos ainda que, mesmo sendo de matrícula facultativa, conforme a Constituição Brasileira e a Lei 9.394, todos os educandos tem autorização das famílias para participarem das aulas, pois percebem a relevância desta disciplina na agregação de valores, dando assim, novo sentido ao seu existir.

DIRETOR D: [...] Embora exista uma pluralidade religiosa, não se registra nenhum caso. A aceitação é boa, haja vista a proposta curricular que é desenvolvida e que o teor dos conteúdos não vislumbra a doutrinação ou a catequese.

Analisando os relatos dos diretores, verifica-se que, mesmo diante da facultatividade da matrícula, as escolas não têm registros de educandos que se omitem à frequência às aulas de Ensino Religioso Escolar. Isto se dá pelo fato de a escola perceber claramente a importância da disciplina no currículo e justificar a presença dela em sua proposta pedagógica.

A seguir, o programa de formação continuada desenvolvido junto aos professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES será evidenciado.

#### **2.4.1 A formação continuada dos professores de ensino religioso escolar da rede municipal de ensino de Colatina – ES**

No ano de 2005, a Secretaria Municipal de Educação de Colatina – ES, implantou em toda a Rede de Ensino o Projeto FOCO, proporcionando aos professores das diversas áreas do conhecimento e modalidades de ensino (Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental) espaços de formação continuada.

A proposta de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES está embasada legalmente na LDBEN nº.: 9.394/96, que diz:

Art.63, § III “- programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art.67 - Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.

§ II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

§ V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.<sup>75</sup>

Nesse contexto, a formação continuada foi pensada com o objetivo de proporcionar aos professores um período para estudos em grupo, planejamento coletivo de atividades e propostas curriculares, além de espaços para avaliação do trabalho pedagógico realizado nas escolas municipais, de acordo com suas áreas específicas de atuação.

Os estudos eram coordenados por um profissional específico de cada área que, antecipadamente, planejava os estudos, de acordo com as necessidades do grupo e eram aplicados periodicamente. No caso do Ensino Religioso Escolar, a formação acontecia mensalmente, à noite, pois os docentes, na sua maioria, trabalhavam em várias escolas para cumprimento da carga horária legal e não tinham espaços de planejamentos para a formação continuada, durante o serviço, como acontecia com as demais áreas.

Os espaços de formação continuada, além de estimular reflexões sobre a práxis docente, desenvolvida no cotidiano escolar, passaram a ser um momento ímpar de troca de experiências entre os docentes, agentes educacionais das diversas áreas do conhecimento.

O processo contínuo de formação para os professores possibilitou também a desconstrução de algumas práticas de ensino descontextualizadas e desconectadas da realidade do aluno. Os momentos formativos passaram a ser espaços importantes de discussão acerca dos assuntos/conteúdos ministrados nas diversas áreas do conhecimento, como também a análise das metodologias utilizadas na transposição didática dos conteúdos.

---

<sup>75</sup>Artigos 63 e 67 da LBDEN nº.: 9.394/96.

Em se tratando do Ensino Religioso Escolar, pela primeira vez os professores desta área do conhecimento tiveram a oportunidade de se encontrar mensalmente para refletir sobre a prática docente e estudar coletivamente os seguintes temas: História do Ensino Religioso Escolar no Brasil, Legislação do Ensino Religioso Escolar, Proposta do Ensino Religioso Escolar, à Luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os momentos formais de estudos sempre foram oportunidades para que os professores pudessem trocar experiências. No início dos encontros, cada um fazia a exposição dos assuntos e conteúdos trabalhados no período e traziam sugestões de atividades para partilhar com o grupo.

Os relatos iniciais dos professores evidenciavam que, inocentemente, muitos trabalhavam somente assuntos relacionados à doutrina a qual pertenciam, a saber: textos bíblicos, a partir dos folhetos litúrgicos dominicais, sermões extensos, mensagens de cunho reflexivo e organização de momentos celebrativos específicos como Páscoa, Ação de Graças, Natal, dentre outros.

A partir dos estudos e das reflexões propostos na formação continuada, o grupo percebeu a necessidade da parametrização dos conteúdos a serem abordados durante as aulas de Ensino Religioso Escolar.

Os anos de 2008 a 2012 foram importantíssimos para o Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES. À luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo FONAPER, em 1997, os professores, a partir de inúmeros estudos e reflexões, construíram coletivamente, nos estudos, uma Proposta Curricular para o Ensino Religioso Escolar do município de Colatina – ES, tendo como foco os eixos norteadores dos PCN's, a saber: Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas, Teologias, Ritos e Ethos.<sup>76</sup>

Nóvoa propõe um professor com formação e compromissos amplos:

Eu quero professores que não se limitem a imitar outros professores, mas que se comprometam na educação das crianças numa nova sociedade; professores que participem de um sistema que os valorize e lhes forneça os recursos e os apoios necessários à sua formação e desenvolvimento; professores que não são apenas técnicos, mas também criadores.<sup>77</sup>

<sup>76</sup> Eixos organizadores dos conteúdos de Ensino Religioso propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, 2009, p.50.

<sup>77</sup> NÓVOA, Antônio. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: Nóvoa A. (org.). *Formação contínua de professores: realidade e perspectivas*. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.p. 39.

As questões levantadas anteriormente mostram claramente a importância da participação dos professores em momentos de estudos formativos constantes. Retomando as reflexões sobre o momento histórico da formação continuada dos professores de Ensino Religioso Escolar do município de Colatina – ES, destaca-se ainda que a proposta curricular construída traz em cada eixo de conteúdos e assuntos, as competências e habilidades necessárias ao educando, além de um leque de sugestões de atividades.

Os professores perceberam que, trabalhar os conteúdos de Ensino Religioso Escolar, dentro desta ótica, é proporcionar aos educandos o conhecimento dos elementos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas em seu cotidiano. Perceberam ainda que, as aulas de Ensino Religioso vão muito além da reflexão de textos doutrinários. É preciso que o professor seja conhecedor dos aspectos filosóficos, sociológicos, psicológicos, antropológicos, históricos e geográficos que permeiam os assuntos a serem abordados em sala de aula.

Esse aspecto pode ser respaldado em Freire, que discorre acerca da necessidade de se aproveitar as experiências trazidas pelos alunos. Segundo o estudioso:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, saberes socialmente construídos na prática comunitária. Discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos, de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público, para discutir, por exemplo, a poluição de riachos e córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes?<sup>78</sup>

Nesta mesma direção, Nóvoa alerta:

A atividade docente implica em conhecimentos e procedimentos que fazem do professor um mediador entre o conhecimento e a aprendizagem. Dentre outras funções, a docência exige que o professor saiba ensinar, orientar o estudo, ajudar individualmente os alunos, regular as relações, preparar materiais, saber avaliar, organizar atividades etc.<sup>79</sup>

Nas visões de Freire e Nóvoa, o professor precisa aproveitar os conhecimentos prévios trazidos pelos educandos para a sala de aula e sistematizá-

<sup>78</sup> FREIRE, 1997, p.33.

<sup>79</sup> NÓVOA, A. (Coord.) *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.p. 15-33.

los em conhecimentos novos. É preciso que o professor, como mediador do processo ensino e aprendizagem, saiba ensinar por meio de procedimentos contextualizados. O professor de Ensino Religioso Escolar atual precisa ser um conhecedor do fenômeno religioso manifestado nas mais diversas tradições religiosas para que as suas aulas sejam significativas e contextualizadas.

Nesta ótica, no decorrer do ano de 2014, os professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES participaram de dois seminários temáticos, sob a assessoria de estudiosos colatinenses das Religiões de matrizes Africanas e da doutrina Espírita, que desenvolveram, respectivamente, as temáticas: “A Educação e as Religiões de Matrizes Africanas: Respeito e Tolerância” e “A Educação e a Doutrina Espírita: Conhecendo o Fenômeno Religioso codificado por Alan Kardec”.

Cabe ressaltar que esses seminários aconteceram à noite, nos horários das formações e contaram com a participação da maioria dos professores que ministram a disciplina de Ensino Religioso Escolar nas escolas municipais de Colatina – ES.

Os professores que ministram as aulas da disciplina nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Colatina – ES também participaram das formações, a partir de uma parceria firmada entre a SEMED e a Superintendência Regional de Educação (SRE) – Polo Colatina – ES.

Para os professores participantes, esses seminários proporcionaram momentos de troca de experiências com líderes religiosos que vivenciam, cotidianamente, na prática, a manifestação destes fenômenos religiosos específicos, contribuindo assim para a desconstrução de alguns paradigmas errôneos com relação, principalmente, às religiões de matrizes africanas e à Doutrina Espírita.

O professor, a partir do conhecimento apurado, transpõe didaticamente os assuntos e conteúdos ministrados nas aulas de Ensino Religioso Escolar com mais propriedade e segurança.

No ano de 2015, durante os encontros de formação continuada, os professores da área estão analisando e atualizando coletivamente a Proposta Curricular de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, aperfeiçoando-a pedagogicamente com o acréscimo de novas metodologias de ensino, proporcionando assim, uma linha de ação única para todos os professores da rede, levando-se sempre em consideração a realidade escolar na qual estão inseridos.

Adiante, serão analisados os resultados de uma pesquisa de campo realizada com os professores de Ensino Religioso Escolar das escolas públicas municipais de Colatina – ES, tendo como foco, os impactos causados pela formação continuada no “fazer pedagógico” destes docentes em sala de aula.



### **3 OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COLATINA – ES**

#### **3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA**

Para fundamentar este capítulo, buscou-se respaldo nas Ciências das Religiões, trazendo teóricos importantes do campo da Sociologia da Religião, por tratar-se de uma área que se preocupa com o estudo da relação entre a religião, a sociedade e a educação.

A seguir, serão apresentados os enfoques e as concepções dos teóricos pesquisados, evidenciando suas reflexões acerca da religião e seus impactos na sociedade contemporânea e na educação. A pesquisa traz um estudo prático e reflexivo sobre o Ensino Religioso Escolar e reflete claramente as concepções ideológicas dos pensadores estudados.

Dentre os vários teóricos possíveis para se realizar esta análise acadêmica, optamos pelo estudo das concepções de Émile Durkheim, Max Weber e Peter Ludwig Berger. Não se pode fazer um estudo do campo das Ciências das Religiões sem trazer presente as concepções destes teóricos que muito contribuíram para dar suporte teórico a esta pesquisa.

#### **3.2 VISÕES DE DURKHEIM, WEBER E BERGER: RELIGIÃO E SOCIEDADE**

Durkheim, Weber e Berger apresentam elementos significativos para os estudos feitos no campo da Sociologia da Religião. Ao aprofundar-se sobre as religiões primitivas, Durkheim foca suas reflexões sobre o estudo dos fenômenos religiosos. Nas análises durkheimianas, “as sociedades primitivas criaram as religiões”.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> DURKHEIM, Émile. *Dicionário das Religiões*. 1996. p. 148.



Para ele, cada pessoa é um ser moral e um ser social e desta relação afloram as concepções religiosas de cada indivíduo. Por outro lado, o ser social representa a relação com o outro, despertando assim, o interesse pela pesquisa científica acerca dos comportamentos humanos e as interferências da religião sobre estes comportamentos.

Durkheim afirma que “religião são crenças coletivas partilhadas por um grupo, que forma igreja, que constitui a sociedade”.<sup>81</sup> Desse modo, as primeiras representações construídas pelo homem acerca do mundo e de si mesmo são de cunho religioso.

A Religião deu origem à Filosofia e, conseqüentemente, às demais ciências. Por isso, tanto as religiões quanto as ciências se ocupam do estudo das diferentes dimensões da vida.

Para Durkheim, existem muitas desigualdades entre as religiões, em especial, quando são feitas comparações entre uma religião de grande porte e uma de pequeno porte. Quando isso acontece, as religiões de pequeno porte, marginalizadas, são ditas sem religiosidade e são consideradas “uma espécie de aberração da natureza”.<sup>82</sup>

Trazer o estudo do fenômeno religioso manifestado nas diversas Tradições Religiosas para a sala de aula é uma inquietação um tanto complexa, pois exige tanto do educador quanto dos educandos, uma maior compreensão acerca da religião do outro. Isto oportuniza a troca de experiências e proporciona ao educando a apropriação do conhecimento novo, a partir das intervenções feitas pelo educador.

Ao estudar as religiões primitivas e com isso, conhecer o universo religioso das demais religiões, Durkheim afirma ainda sobre a igualdade das religiões:

[...] Todas são igualmente religiões, como todos os seres vivos são igualmente vivos, desde os mais simples plásticos até o homem. Portanto, se nos voltarmos para as religiões primitivas não é com a intenção de depreciar a religião em geral, porque essas religiões primitivas não são menos respeitáveis que as outras. Elas respondem às mesmas necessidades, desempenham o mesmo papel, dependem das mesmas causas; portanto, podem perfeitamente servir para manifestar a natureza da vida religiosa e, por conseguinte, para resolver o problema que desejamos tratar.<sup>83</sup>

<sup>81</sup> DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo. Martin Claret. Coleção A Obra Prima de cada autor. 2002. p. 22.

<sup>82</sup> DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico na Austrália*. São Paulo: Editora Paulus, 1989. p. 30.

<sup>83</sup> DURKHEIM, 1989, p. 31.

Nas concepções de Durkheim não existem distinções entre as religiões. Todas têm a sua importância na relação do homem com o sagrado, com a religiosidade.

Destaca-se aqui, um dos objetivos do Ensino Religioso Escolar, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais propostos pelo FONAPER: “proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando”. É importante destacar que a proposta curricular apresentada pelos PCN’s de Ensino Religioso traz em um de seus eixos temáticos o bloco “Culturas e Tradições Religiosas”. Desse modo, é papel do educador trabalhar didaticamente com os seus educandos a importância do conhecimento das diversas culturas e tradições religiosas, sem distinção. Isto gerará o respeito e a busca pelo conhecimento da manifestação religiosa do outro.

Durkheim assegura ainda que o mundo religioso está dividido em dois domínios: o sagrado e o profano. No sagrado estão as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas, dentre outros, e no profano estão as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, isto é, suas relações com o mundo material, com a sociedade como um todo.

Ao falar de sociedade, Durkheim faz menção à estrutura política e o que representa para os diversos segmentos que a compõem. O sociólogo francês afirma que:

A estrutura política de uma sociedade é apenas a maneira como os diferentes segmentos que a compõem se habituaram a viver uns com os outros. Se as suas relações são tradicionalmente estreitas, os segmentos tendem a confundir-se; a distinguir-se, no caso contrário. O tipo de habitação que nos impõem não é senão a maneira como toda gente à nossa volta e, em parte, as gerações anteriores se acostumaram a construir as casas.<sup>84</sup>

O teórico deixa evidente que só é possível estudar claramente a divisão política da sociedade pelo viés do direito público, uma vez que, cabe a este zelar pelas relações harmoniosas entre os indivíduos e o seu entorno.

Por outro lado, o teólogo luterano Berger confirma que: “Toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar

---

<sup>84</sup> DURKHEIN, 2002, p. 39.

destacado nesse empreendimento”.<sup>85</sup> Com isso, verifica-se que toda sociedade tem o seu produto e o ser humano é um produto desta sociedade.

Na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber sustenta a sua pesquisa sob o viés de uma religião, o Cristianismo, a partir da reforma protestante. Para ele, desde a sua criação, Deus decretou o destino dos homens. Estudou as causas do surgimento do capitalismo e depois de muitas análises, chegou à conclusão de que este possuía uma ligação muito estreita com o protestantismo, fruto do impulso dado pela fé calvinista.

Esse teórico aponta ainda a relação existente entre a ética religiosa e o poder econômico, surgindo, assim, uma nova reestruturação da sociedade, cujos modelos estão voltados para um novo paradigma: a relação entre a religião e o capitalismo.

Na visão de Weber:

O ascetismo cristão, que de início se retirava do mundo para a solidão, [...], agora avançava para o mercado da vida, fechando atrás de si, a porta do mosteiro; tentou penetrar justamente naquela rotina diária, com sua metodicidade, para moldá-la a uma vida laica [...].<sup>86</sup>

Para Weber, viver o asceticismo é ver a vida do ponto de vista da honestidade. O trabalho, como meio legal de possuir os bens, é uma bênção de Deus.

No campo da Sociologia, Berger é considerado um teólogo laico. Para ele, a sociedade é uma produção humana e o homem é uma produção social.

Berger afirma sobre a relação sociedade e identidade:

As identidades são atribuídas pela sociedade. É preciso ainda que a sociedade as sustente, e com bastante regularidade. Uma pessoa não pode ser humana sozinha e, aparentemente, não pode apegar-se a qualquer identidade sem o amparo da sociedade.<sup>87</sup>

A partir das reflexões de Weber e Berger, constata-se que o eixo de conteúdos “Ethos”, apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino

<sup>85</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Editora Paulus, 1985. p. 15.

<sup>86</sup> WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 116.

<sup>87</sup> BERGER, Peter Ludwig. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis RJ, Vozes, 2007. p. 114.

Religioso tem como objetivo oportunizar aos educandos uma análise do papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais.

O caminho trilhado até aqui possibilitou um estudo metodológico e bibliográfico, e, conseqüentemente, maior compreensão no desenvolvimento da pesquisa de campo que ilustra esta dissertação, envolvendo os docentes que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar nas escolas públicas municipais de Colatina – ES, por meio de um questionário para coleta de dados.

### **3.2.1 O campo da pesquisa: professores de ensino religioso escolar da rede municipal de ensino de Colatina –ES**

Para enriquecer a pesquisa aqui apresentada, os onze professores de Ensino Religioso Escolar que participam da formação continuada responderam a um questionário. Este instrumento continha perguntas abertas acerca das seguintes questões:

- Formação inicial do professor;
- Assuntos/Conteúdos trabalhados nas aulas de Ensino Religioso Escolar;
- Metodologia de ensino aplicada nas aulas de Ensino Religioso Escolar;
- Interesse dos alunos pelas aulas de Ensino Religioso Escolar;
- Inclusão da disciplina de Ensino Religioso Escolar no currículo;
- Importância da participação nos encontros de formação continuada.

Atualmente, os onze professores que ministram as aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES participam dos encontros mensais de formação continuada oferecidos pela SEMED. Destes, sete são concursados e possuem cargos efetivos. Os demais são contratados temporariamente.

Com relação à formação inicial dos professores efetivos, um deles possui mestrado em Ciência da Religião pela Faculdade Unida de Vitória, cinco deles possuem Licenciatura em História e pós-graduação em Metodologia do Ensino Religioso e o outro possui Licenciatura em Pedagogia e pós-graduação em Metodologia do Ensino Religioso.

Destes, seis possuem um curso sequencial de trezentas e sessenta horas de Ensino Religioso, oferecido na década de 90 pela FAFIC. Este, inclusive, foi o pré-requisito fundamental para a efetivação destes professores na época do concurso público oferecido pela Prefeitura de Colatina – ES, já que se tratava de um curso reconhecido pelo CONERES.

Os professores temporários possuem, na sua maioria, licenciatura plena em Pedagogia e História.

### 3.2.2 O caminho percorrido: instrumentos

Para a obtenção de todas as informações da pesquisa, optou-se pelo instrumento “questionário” para coleta de dados, contendo perguntas abertas. Cada um dos 11 (onze) professores que participa da formação continuada de Ensino Religioso Escolar, proposta pela SEMED de Colatina – ES, recebeu um questionário. Este foi respondido com tranquilidade no período de tempo destinado para alguns dos encontros de formação. Depois disso, eles foram devolvidos, devidamente respondidos, para o pesquisador. Esse importante instrumento da pesquisa qualitativa apresentada foi referencial para a análise dos impactos causados pela formação no fazer pedagógico do professor em sala de aula.

Outro instrumento utilizado para enriquecer a pesquisa foi o caderno de anotações dos cursistas. Por meio dos registros feitos de todos os encontros de formação, foi possível coletar dados precisos acerca dos conteúdos abordados durante as formações. Além disso, as impressões de cada um dos atores desse processo se fizeram ver.

A análise da proposta curricular para o Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, construída coletivamente durante as formações, foi outro subsídio que enriqueceu a pesquisa.

Rampazzo afirma que a observação é uma ação de grande importância, pois “O campo específico da ciência é a realidade empírica, ou seja, os fenômenos que se podem ver, sentir, tocar, etc. Daí a importância que tem a observação”.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> RAMPAZZO, Lino. *Metodologia Científica: para alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação*. São Paulo: Editora Loyola, 2005. p. 105-106.

O teórico explicita a importância da observação no processo de coleta de dados para a tomada de decisões. Para isso, apresentamos, no momento da aplicação do instrumento o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo). O documento citado foi lido e explicado para todos os atores da pesquisa. Estes responderam ao questionário com tranquilidade e ao final do processo, receberam uma cópia do referido documento.

Todos os professores do grupo de formação continuada participaram do processo de pesquisa e, mesmo que o aplicador tenha explicado que os nomes não apareceriam na dissertação, ao final, todos assinaram o questionário.

### **3.2.3 A pesquisa**

A pesquisa foi realizada com os professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, no decorrer de todo o mês de maio de 2015. Os questionários foram respondidos com muita atenção e dedicação, pois se aproveitou o espaço dado durante o encontro de formação continuada daquele mês para que cada um dos colaboradores pudesse dedicar tempo, única e exclusivamente, para a efetivação das respostas às perguntas apresentadas pelo pesquisador. Isto facilitou a comprovação posterior das respostas dadas, uma vez que o pesquisador acompanhou o grupo, durante o processo de coleta das informações.

Os professores não tiveram dificuldades em responder aos questionários. As perguntas, mesmo abertas, foram elaboradas de forma clara e objetiva, facilitando assim, a compreensão de todos. Poucas foram as intervenções feitas pelo pesquisador para esclarecimentos acerca do que as questões instigavam ao colaborador.

É interessante destacar que, ao final do processo, após o recolhimento de todos os questionários pelo pesquisador, as respostas dadas pelos professores, aos questionamentos elencados no questionário, foram objeto de discussão, debate e reflexão durante o encontro de formação continuada ocorrido no mês de agosto de 2015.

Freire assegura que o mundo só sofre transformação devido à palavra, pois “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo”.<sup>89</sup>

A pesquisa realizada despertou, no grupo, uma análise maior acerca da presença positiva do Ensino Religioso Escolar nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES e sua importância na formação global dos educandos.

### 3.2.4 As análises

Para a realização dessa etapa da investigação, foram levados em consideração os recursos da fundamentação teórica, cuja sistematização dos dados foi norteada por meio da interação entre a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica, analisando e sistematizando minuciosamente as respostas dadas pelos professores nos questionários. Dessa forma, analisando cada situação, fazendo comparações e colocando as análises em diálogo com a base teórica, chegou-se à interpretação dos dados.

Esse diálogo possibilitou exercitar o que Rampazzo entende ser fundamental em uma pesquisa, ou seja, a análise e a interpretação dos dados. Segundo o estudioso “o objetivo de uma pesquisa é fundamentalmente a análise e a interpretação do material coletado: e esta interpretação leva a defender uma tese determinada”.<sup>90</sup>

É importante reforçar a ideia de que o estudo do tema proposto não se esgota com esta pesquisa, mas abre horizontes para que novas constatações sejam feitas a partir do interesse de outros estudiosos da área. Segundo Escarião:

A análise das categorias constitui o corpus principal da pesquisa, exigindo um empenho de nossa parte. Nessa fase, continuamos resgatando a produção teórica, os estudos e as pesquisas produzidos sobre o tema, objeto da pesquisa.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p.78.

<sup>90</sup> RAMPAZZO, 2005, p. 130.

<sup>91</sup> ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. *A Globalização e a homogeneização do currículo no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). Paraíba: 2006. p.85.

A fundamentação teórica citada impulsiona a busca de novos horizontes, associando, assim, novos conhecimentos teóricos à prática do professor em sala de aula.

A seguir, algumas respostas dadas pelos professores pesquisados serão analisadas e, ao final, far-se-á uma síntese geral das impressões expostas.

Sobre a seleção dos assuntos e conteúdos trabalhados nas aulas de Ensino Religioso Escolar, veja os depoimentos de três professores:

PROFESSOR 1: Os conteúdos são avaliados e selecionados de forma coletiva. São passados por múltiplos olhares. Isso nos dá segurança.

PROFESSOR 5: A seleção tem sido feita a partir dos eixos temáticos aprofundados na formação.

PROFESSOR 10: Os conteúdos refletem sobre o papel da família e o da escola em uma relação de respeito e admiração mútuos [...].<sup>92</sup>

Analisando as respostas dadas pelos três professores, percebe-se claramente que os dois primeiros possuem uma vasta experiência na área. São efetivos e participam, desde 2005, dos encontros de formação continuada. Um deles, no entanto, possui pouco tempo de participação em formação continuada.

Os assuntos e conteúdos selecionados por estes professores possuem uma conexão explícita com a proposta apresentada pelos PCN's para o Ensino Religioso.

O relato feito pelo professor 1 merece certa atenção. Este explicita que os conteúdos são selecionados de forma coletiva. Isto acontece nos encontros de formação continuada que são momentos de análise e discussão coletiva acerca do trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula.

Com relação ao relato do professor 10, percebe-se claramente que participa há pouco tempo dos encontros de formação continuada e não possui formação inicial específica na área. A visão da professora com relação aos conteúdos ministrados nas aulas de Ensino Religioso Escolar está mais voltada para a formação de valores.

A prática pedagógica do professor de Ensino Religioso Escolar vai se aprimorando, a partir do momento que este participa continuamente de grupos de formação e está aberto ao processo de desconstrução de práxis ultrapassadas.

<sup>92</sup>Pesquisa de campo, ou seja, respostas oriundas dos questionários respondidos pelos professores 1, 5 e 10.



## Segundo Libâneo:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.<sup>93</sup>

O autor expressa claramente a importância da formação continuada para os professores que estão na regência. É preciso que o professor tenha consciência de que o seu processo de formação não se esgota com a formação inicial, mas deverá fazer parte de toda a sua trajetória profissional. Isso pelo simples fato de que a vida em seu dinamismo produz novos conhecimentos a cada instante. É preciso, assim, que o professor esteja sempre atualizado.

Veja, agora, as respostas de três professores, quando foram indagados sobre como realizam a abordagem das metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar:

PROFESSOR 6: Diversificadas: expositivas, pesquisas no laboratório de informática, dinâmicas, rodas de conversa.

PROFESSOR 8: Procuro trabalhar com metodologias bem dinâmicas, através de debates, slides, notícias de jornais, filmes, dentre outras.

PROFESSOR 11: Diálogo, leitura, reflexão, escrita, dinâmicas, entre outras.<sup>94</sup>

Os depoimentos dos professores deixam em evidência que os procedimentos utilizados nas aulas de Ensino Religioso Escolar precisam ser diversificados. O professor atual precisa utilizar estratégias didáticas que atendam às demandas existentes em suas salas de aula.

Demo ilustra muito bem esta proposição:

“O que se espera do professor já não se resume ao formato expositivo das aulas, a fluência vernácula, à aparência externa. Precisa centralizar-se na competência estimuladora da pesquisa, incentivando com engenho e arte a gestão de sujeitos críticos e autocráticos, participantes e construtivos”.<sup>95</sup>

<sup>93</sup> LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.p. 227.

<sup>94</sup>Respostas oriundas dos questionários respondidos pelos professores 6, 8 e 11.

<sup>95</sup> DEMO, Pedro. *Pesquisa: Princípios Científicos e Educativos*. São Paulo. Cortez, 1993.p. 13.

O professor precisa estimular nos educandos o gosto pela pesquisa. Estes precisam ser agentes ativos no processo de ensino e aprendizagem para que sejam sujeitos críticos e construtivos, exigências da sociedade atual.

A experiência relatada pelo professor 11 deixa evidente que este está no início da docência. Não possui uma visão clara dos assuntos e conteúdos a serem ministrados nas aulas de Ensino Religioso Escolar. Logo, suas estratégias didáticas resumem-se em leitura e reflexão. Concluímos que não há a ocorrência da sistematização do conhecimento novo nas aulas, até então, ministradas por este professor.

O professor precisa valorizar a sua participação nos grupos de formação continuada, pois estes são espaços privilegiados de reflexões e troca de experiências.

Sobre o interesse dos alunos pelas aulas de Ensino Religioso Escolar, veja as respostas dadas por três professores:

PROFESSOR 2: Sim. Eles participam e dependendo do conteúdo ficam ansiosos, pois gostam de conversar e compartilhar suas opiniões.

PROFESSOR 9. Com certeza. Trabalhando com temas diversos e esclarecendo as dúvidas dos alunos e com isso aprendendo a respeitar o diferente.

PROFESSOR 11: Sim. Meus alunos valorizam a leitura de textos reflexivos, roda de conversa, troca de experiências. É um momento muito rico entre nós.<sup>96</sup>

A prática docente significativa do professor influencia diretamente no seu “fazer pedagógico em sala de aula”. Consequentemente, os educandos são envolvidos no processo ensino e aprendizagem.

Os professores iniciantes que possuem uma visão distorcida acerca do Ensino Religioso Escolar precisam passar por um processo de desconstrução de suas práticas. As aulas não podem se resumir apenas em momentos reflexivos e “sermões”. Como área do conhecimento, existem assuntos e conteúdos significativos a serem ministrados nas aulas.

A partir de um processo contínuo de estudos, o professor perceberá que, para ministrar as aulas de Ensino Religioso Escolar e despertar o interesse dos

<sup>96</sup>Respostas oriundas dos questionários respondidos pelos professores 2, 9 e 11.

educandos, este precisa apresentar um planejamento sofisticado e embasado de teorias e práticas inovadoras.

Demo afirma que:

Para encarar as competências modernas, inovadoras e humanizadoras, [o educador] deve impreterivelmente saber reconstruir conhecimentos e colocá-lo a serviço da cidadania. Assim, professor será quem, sabendo reconstruir conhecimento com qualidade formal e política, orienta o aluno no mesmo caminho. A diferença entre professor e aluno, em termos didáticos, é apenas fase de desenvolvimento, já que ambos fazem estritamente a mesma coisa. (...) Neste sentido, o professor não será mais profissional de ensino, mas da educação, pois o primeiro tende a ser instrução, treinamento, domesticação, enquanto a segunda busca a ambiência emancipatória.<sup>97</sup>

O professor precisa contribuir diretamente para a formação de cidadãos críticos, emancipatórios, capazes de atuar diretamente na transformação da sociedade atual. Não condiz com a postura de um professor da contemporaneidade estar preso a conteúdos mortos, que não produzem conhecimento vivo, eficiente e eficaz.

Os professores pesquisados responderam ainda sobre a inclusão da disciplina de “Ensino Religioso Escolar” nos currículos das escolas municipais de Colatina – ES. Acompanhemos a resposta dada por três deles:

PROFESSOR 1: Sim. Ela representa um componente importante na formação de uma sociedade cada vez mais plural.

PROFESSOR 5: Com certeza, pois o fenômeno religioso precisa ser entendido como parte integrante da nossa cultura e do nosso ser.

PROFESSOR 10: Sim, porque é através das aulas de Ensino Religioso que os alunos percebem a presença da religião em toda cultura humana.<sup>98</sup>

Zabala afirma que:

Os materiais curriculares ou materiais de desenvolvimento curricular são todos aqueles instrumentos que proporcionam ao educador referências e critérios para tomar decisões, tanto no planejamento como na intervenção direta no processo de ensino/aprendizagem e em sua avaliação.<sup>99</sup>

<sup>97</sup> DEMO, Pedro. Formação Permanente de Professores: educar pela pesquisa. In MENEZES, L.C. (org). *Professores: Formação e Profissão*. Campinas, S.P: Autores Associados, 1996.p. 273.

<sup>98</sup> Respostas oriundas dos questionários respondidos pelos professores 1, 5 e 10.

<sup>99</sup> ZABALA, Antoni. *Prática Educativa*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.p. 167-168.

A escola atual precisa preocupar-se com a formação integral do sujeito. No currículo escolar não existem disciplinas mais ou menos importantes. Todas elas, a partir de seus objetos de ensino, devem contribuir para a formação do cidadão que vive em uma sociedade em rede. Portanto, as disciplinas assim devem ser trabalhadas.

A interdisciplinaridade promove a interação entre o aluno, o professor e o cotidiano, ampliando os horizontes de aprendizagens, uma vez que as áreas do conhecimento estão entrelaçadas em torno de um objetivo comum: a ressignificação do conhecimento a partir do olhar das diversas disciplinas que compõem o currículo escolar. Nesse contexto, é preciso que as escolas tragam em suas propostas pedagógicas os objetivos do Ensino Religioso Escolar e suas contribuições para a formação do sujeito.

Um dos maiores entraves do currículo atual é torná-lo significativo e ao mesmo tempo atraente para os educandos, pois estes vivem rodeados por uma infinidade de recursos. A todo tempo há o contato com informações, e estas são transpostas de diferentes formas, tornando a escola e seu conteúdo obsoleto para as pretensões dos alunos.

O professor de Ensino Religioso Escolar precisa constantemente ressignificar o seu papel na escola atual. Precisa perceber que é um construtor importante do “novo homem” que a sociedade atual almeja, competente e reflexivo.

Ao serem questionados sobre a importância da participação nos encontros de formação continuada propostos pela SEMED de Colatina – ES, as respostas evidenciaram o pensamento acerca de ser participativo e atuante. Eis as respostas dadas por quatro professores:

PROFESSOR 2: Necessária e gratificante. Um momento onde há troca de ideias e aprendizado.

PROFESSOR 4: Muito importante, pois além de ajudar no crescimento profissional, compartilhamos com outros colegas de profissão as nossas experiências .

PROFESSOR 9: É essencial para os profissionais do setor educacional, pois, é a alternativa para melhorar a prática docente.

PROFESSOR 11: É uma maneira de estarmos atualizados, de trocar experiências, amadurecer ideias, de estar receptivo a novos conhecimentos e aprendizagens.<sup>100</sup>

<sup>100</sup>Respostas oriundas dos questionários respondidos pelos professores 2, 4, 9 e 11.

Segundo Freire, o homem é um ser inacabado e deve ter consciência desta incompletude:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí.<sup>101</sup>

O professor precisa refletir permanentemente sobre a sua prática pedagógica. Este processo precisa estar apoiado em uma análise emancipatório-política, para que os professores em formação possam visualizar as operações de reflexão no contexto atual.

A partir dos relatos dos professores, verificam-se visivelmente os impactos positivos causados pela formação continuada no “fazer pedagógico” dos professores que ministram as aulas de Ensino Religioso Escolar no município de Colatina – ES. Todos eles valorizam a formação continuada e fundamentam a sua importância a partir das interferências positivas causadas por esta nas aulas de Ensino Religioso Escolar.

Torna-se clara a necessidade do rompimento com os velhos paradigmas de formação de professores, dentro de uma visão tecnicista e acabada, e a abertura para o processo constante de formação e suas implicações positivas nas ações cotidianas do professor em sala de aula.

Nesta perspectiva, Candau, afirma que:

Considerar a escola como locus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores. Mas este objetivo não se alcança de uma maneira espontânea, não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, uma prática mecânica não favorece esse processo. Para que ele se dê, é importante que essa prática seja uma prática reflexiva, uma prática capaz de identificar os problemas, de resolvê-los, e cada vez as pesquisas são mais confluentes, que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1997.p. 20.

<sup>102</sup> CANDAU, Vera Maria (org). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 57.

O professor precisa valorizar os espaços de construção coletiva de práticas. No contato com os pares, nas reflexões proporcionadas e nas desconstruções oportunizadas, as interferências acontecem positivamente no chão da escola e, em especial na sala de aula.

A sociedade atual requer professores totalmente conectados com as diversas informações que o mundo moderno cotidianamente nos apresenta. Estas informações precisam chegar às salas de aula de forma prazerosa e significativa. Para atender às demandas da sociedade atual, urge a necessidade do professor estar em constante processo de formação.

A seguir, elenca-se a síntese das análises feitas acerca dos impactos causados pela formação continuada nos professores de Ensino Religioso Escolar das escolas públicas municipais de Colatina – ES:

- Promoção e organização de situações contínuas de formação, para a atualização e o aprimoramento da competência dos profissionais da rede municipal de ensino que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar;
- Subsídios para a melhoria da prática didático-pedagógica, priorizando, em sala de aula, um processo significativo de transposição didática;
- Colaboração para o aprimoramento do conhecimento dos profissionais no que tange às diversas formas de linguagem, percebendo-a como norteadora reflexiva de todos os processos cognitivos;
- Oportunidade de formação em serviço de qualidade e específica da área de Ensino Religioso Escolar, bem como a análise da prática didático-pedagógica e da interdisciplinaridade;
- Análise contínua dos planos de curso elaborados pelos profissionais da rede municipal de ensino e reestruturação destes nos aspectos nos quais houver necessidade, tendo a participação efetiva e coletiva de todos os profissionais da área de Ensino Religioso Escolar que participam dos estudos, adaptando assuntos e conteúdos de acordo com a necessidade da realidade escolar.

## CONCLUSÃO

A educação é um campo complexo que exige dos profissionais envolvidos constantes reflexões, estudos, desconstruções e tantas outras competências. O professor que ministra as aulas de Ensino Religioso Escolar não está livre deste processo. A disciplina está sustentada na legislação educacional brasileira e precisa ser enxergada à luz das concepções pedagógicas exigidas pela escola.

A partir dos estudos realizados, várias questões foram constatadas acerca da presença do Ensino Religioso Escolar no currículo das escolas públicas de ensino fundamental do município de Colatina – ES. No primeiro momento, o estudo foi pautado na análise histórica do Ensino Religioso Escolar em nível de Brasil. Várias questões foram trazidas para reflexão. Dentre elas, podemos elencar a fragilidade apresentada pela disciplina em seu próprio nome “Ensino Religioso”, dando-lhe um tom proselitista e não pedagógico. Outra questão é a contextualização histórica, da ação jesuítica ao processo de escolarização atual, fruto da alteração do artigo 33 da LDBEN nº.: 9475/97. Destacam-se ainda as deficiências apresentadas com relação à formação inicial e continuada dos professores que ministram a disciplina. Em contrapartida, algumas luzes foram encontradas. Um destaque dado foi para o processo de formação continuada dos professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Colatina – ES. Desde 2005, os professores participam de grupos contínuos de reflexão sobre os aspectos históricos, legais e pedagógicos do Ensino Religioso Escolar e seus impactos na práxis em sala de aula, constatados por meio de pesquisa qualitativa realizada com os envolvidos no processo.

Verificou-se ainda que, a partir das reflexões propostas pela formação continuada, os professores da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES passaram a ter um “novo olhar” acerca da ação pedagógica do Ensino Religioso Escolar. Tendo como objeto o conhecimento do fenômeno religioso manifestado nas mais diversas tradições religiosas e as orientações norteadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso, os professores construíram coletivamente uma proposta curricular para a área.

Ressalta-se aqui que, para ministrar aulas de Ensino Religioso Escolar, o professor precisa ser conhecedor das concepções filosóficas, sociológicas, psicológicas, antropológicas, históricas, geográficas e pedagógicas que norteiam a

presença do fenômeno religioso na ação humana, justificando, assim, a sua presença no currículo escolar. O professor não deve ser um mero conhecedor de uma única linhagem religiosa e “transmissor” doutrinário da religião que professa. Isso só é capaz se o professor estiver em constante processo de formação.

Sabe-se que a escola é o espaço privilegiado para a construção do conhecimento. Logo, uma forma coerente de se entender e justificar a presença do conhecimento religioso na escola é compreendê-lo como saber científico, aproveitando todo o conhecimento prévio trazido pelos educandos para a sala de aula e ressignificando-os, a partir da mediação do professor.

Neste sentido, três caminhos foram percorridos para apresentar a pesquisa realizada. A produção do primeiro capítulo contribui para a sistematização dos conhecimentos históricos e legais do Ensino Religioso Escolar. Foi possível constatar uma série de questões que precisam ser sanadas para se compreender a identidade do Ensino Religioso Escolar. A constatação parte do artigo 33 da LDBEN nº.:9475/96, que oficializa legalmente a presença da disciplina no currículo do ensino fundamental das escolas públicas, por ser parte integrante da formação do cidadão.

No segundo capítulo, verificou-se a importância da formação continuada dos professores que ministram as aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Pública Municipal de Ensino de Colatina – ES que investe na formação. A pesquisa trouxe ainda os elementos teóricos e práticos que norteiam esta formação. Este capítulo foi ilustrado com depoimentos de gestores educacionais das escolas municipais de Colatina – ES que oferecem a disciplina em seus currículos.

Percorrendo o terceiro capítulo, constata-se a aplicabilidade da legislação nacional que ampara a presença do Ensino Religioso Escolar nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, os programas de formação continuada oferecidos aos professores que ministram a disciplina supracitada e os impactos desta formação na sala de aula por meio de uma pesquisa de dados qualitativa com o grupo de professores que participa dos momentos de estudos promovidos pela SEMED de Colatina – ES.

Muitos caminhos ainda precisam ser trilhados, para que a academia e as entidades gestoras educacionais em todas as esferas (municipais, estaduais e federais) reconheçam a importância do Ensino Religioso Escolar e sua sustentação, a partir da tríade escola, ensino e currículo.



## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (Org.) *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BASTOS, Maxwel Monteiro. Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimentos em rede. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Editora Paulus, 1985.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis RJ, Vozes, 2007.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/pdfs/constituicaodoimperio.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de Julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) >. Acesso em: 02 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º: 9.475, 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 1997.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º: 9394/1996, Artigo 32, incisos I-IV CONERES, SEDU, Diretrizes e Orientações sobre o Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo*. 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º: 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

CANDAU, Vera Maria (org). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. IN: MIZUKAMI, Maria da Graça N.; REALI, Aline Maria de M. Rodrigues. *Formação de Professores: Tendências Atuais*. São Paulo: EDUFSCar e FINEP, 1996.

CARON, Lurdes (org.) e Equipe do GRERE. *O ensino Religioso na Nova LDB: histórico, exigências, documentário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Saraiva, 1978.

CHIMENTÃO, L. K. O significado da formação continuada docente. In: *Congresso Norte Paranaense de Educação física Escolar, 2009*. Londrina. UEL 2009.

COLATINA. *Lei n.º: 4.984 de 13 de julho de 2004*. Aprova o Plano Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação de Colatina, 2004.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Preliminar do Plano Municipal de Educação – 2015-2025*. Secretaria Municipal de Educação de Colatina, 2015.

DEMO, Pedro. Formação Permanente de Professores: educar pela pesquisa. In MENEZES, L.C. (org) *Professores: Formação e Profissão*. Campinas, S.P: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa: Princípios Científicos e Educativos*. São Paulo. Cortez, 1993.  
ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. *A Globalização e a homogeneização do currículo no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). Paraíba: 2006.

DURKHEIN, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo. Martin Claret. Coleção A Obra Prima de cada autor. 2002.

\_\_\_\_\_. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico na Austrália*. São Paulo: Editora Paulus, 1989.

\_\_\_\_\_. *Dicionário das Religiões*. 1996.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. *Resolução CEE/ES n.º: 1.900/2009*. Dispõe sobre a oferta da disciplina Ensino Religioso no Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial [dos Poderes do Estado], Vitória, 26 nov. 2009 p.13.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *O tema gerador no currículo de educação religiosa: o senso do simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOERSTE, Erineu. *Parceria na formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, 1979: Cf. ALVES, Márcio Moreira, Cristo Del Pueblo, Santiago, Ercilla, 1970.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler – em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1997.

GALEANO, Eduardo. *As caras e as máscaras*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1985.

GILES, T. Ransom. *História da Educação*. São Paulo: E.P.U. 1987.

IMPÉRIO DO BRASIL. Documentos complementares do Império do Brasil. (15 de outubro de 1827). In: BONAVIDES, P., AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*, v. VIII. Brasília: Senado Federal, 1996.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Ensino Religioso: um histórico processo. In: Luís ALVES, Sérgio R. JUNQUEIRA (Orgs.). *Educação Religiosa: construção da identidade do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar*. Curitiba: Champagnat, 2002.

\_\_\_\_\_. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: IBPEX, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Sagrado: fundamentos e conteúdo do Ensino Religioso*. Curitiba: IBPEX, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.

LORENZETTI, Altair Anacleto. *Romanização do Catolicismo (1890-1930) e Educação do Brasil: um estudo de caso: os franciscanos*. Curitiba: PUCPR, 1998.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema. A formação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares – *Ensino Religioso*. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

NALON, Madalena. *O papel do Ensino Religioso na vivência de valores*. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Religioso) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.

NÓVOA, A. (Coord.) *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

\_\_\_\_\_. *Profissão Professor*. Portugal: Porto, 1995.

\_\_\_\_\_. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: Nóvoa A. (org.). *Formação contínua de professores: realidade e perspectivas*. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Formação de professores e formação docente. In: NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

OLIVEIRA, Lílian Blanck. *Formação de docentes para o ensino religioso: perspectivas e impulsos a partir da ética social de Martinho Lutero*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.

PLATAFORMA DHESCA. *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação*. <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2015.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia Científica: para alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação*. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

RAMPINELLI, Waldir.; OURIQUES Nildo Domingos (Orgs.). *Os 500 anos: a conquista interminável*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAWLS, J. A ideia da razão pública revista. In: \_\_\_\_\_. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COLATINA. In: *FOCO: Formação Continuada e em Serviço para Profissionais da Rede Municipal de Ensino de Colatina*, 2015.

STRECK, Danilo R. *Educação e Igrejas no Brasil*. São Leopoldo: CELADEC/IEPG; São Bernardo do Campo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1995.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ZABALA, Antoni. *Prática Educativa*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

ZIMMERMANN, Roque. *Ensino Religioso: uma grande mudança*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1998.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados, 2004.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES JUNTO AOS PROFESSORES DE  
ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE  
COLATINA – ES**

**FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

**LINHA DE PESQUISA: “RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA”**

**ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS**

**PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS**

À Senhora **Maria Auxiliadora Torezani de Oliveira**  
Secretária Municipal de Educação de Colatina – ES

Prezada Senhora,

Eu, **Anderson Mendes Batista dos Anjos**, estou desenvolvendo minha pesquisa de Mestrado, intitulada **“Ensino Religioso Escolar: Os Impactos da Formação Continuada nos Professores da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES”**. Esta pesquisa tem por objetivo compreender como ocorrem os processos de formação continuada dos docentes de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES, apresentando as impressões dos atores envolvidos neste processo e os benefícios trazidos para o processo ensino e aprendizagem dos educandos.

Para atingir tal intento, no primeiro momento, serão aplicados questionários

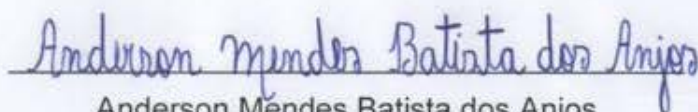
aos professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Colatina – ES que estão sob a sua jurisdição. Os professores são os atores envolvidos diretamente no processo de formação continuada oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Colatina – ES, podendo, assim, relatar os impactos desta formação em sua práxis pedagógica. No segundo momento, quatro diretores escolares municipais serão convidados a relatar sobre a aplicabilidade da legislação que ampara a existência da disciplina e a sua importância no currículo das escolas públicas de ensino Municipal de Colatina – ES.

Resalto que a abordagem aos sujeitos como, também, o tratamento e a utilização dos dados coletados ocorrerão conforme as orientações contidas na Resolução n.º.: 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas com seres humanos. Asseguro, então, que nenhuma informação será utilizada em prejuízo desta Secretaria e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo financeiro. Durante e depois da pesquisa será garantido, a todos os sujeitos envolvidos, o anonimato das informações a mim disponibilizadas.

Ao final deste trabalho, pretendo obter como resultado a identificação das vertentes dos benefícios trazidos pela formação continuada oferecida aos professores de Ensino Religioso Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Colatina – ES.

Solicito, portanto, a Vossa Senhoria, autorização para dar início à aplicação dos instrumentos de investigação junto aos sujeitos da pesquisa.

Colatina – ES, 11 de maio de 2015.



Anderson Mendes Batista dos Anjos  
Matrícula N.º 035496

Professor da Rede Pública Municipal de Colatina – ES

Eu, **MARIA AUXILIADORA TOREZANI DE OLIVEIRA**, Secretária Municipal de Educação de Colatina – ES, autorizo a realização da pesquisa de Mestrado de Anderson Mendes Batista dos Anjos, intitulada “**Ensino Religioso Escolar: Os Impactos da Formação Continuada nos Professores da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES**” junto aos docentes e diretores desta secretaria, ligados diretamente ao Ensino Religioso, condicionando sua realização ao cumprimento das regulamentações éticas e sua aplicação exclusiva pelo mestrando solicitante.

  
M.ª Auxiliadora T. de Oliveira  
Secretária Municipal de  
Educação  
Dec. n.º 12.980/09



## APÊNDICE B

### TERMO DE VALIDAÇÃO DE FERRAMENTAS DE COLETA DE DADOS

#### FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### LINHA DE PESQUISA: “RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA”

**ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS**

**PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS**

Prezado Professor,

Em atendimento à exigência metodológica do curso de Mestrado em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória, encaminho em anexo, documento contendo o tema, o problema, a hipótese, o objetivo geral e os objetivos específicos de minha pesquisa. A validação desta dissertação, que tem como título **“Ensino Religioso Escolar: Os Impactos da Formação Continuada nos Professores da Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES”**, requer emissão de juízo, por parte de Vossa Senhoria sobre os questionários e entrevistas de minha autoria que serão utilizados como instrumentos de recolhimento de dados na pesquisa.

Para a elaboração e a utilização dos questionários e dos roteiros das entrevistas da pesquisa, foram observados critérios de segurança e confiabilidade. Estes critérios, denominados características psicométricas, são representados por três importantes medidas: **a validade, a reprodutibilidade e a objetividade**, evidenciadas e discutidas por Rabacowet *al.* (2006). Sendo assim, para se comprovar ou contradizer o problema científico proposto e alcançar o objetivo geral, os questionários e os roteiros das entrevistas necessitam ser validados.

Desta forma, eu, Anderson Mendes Batista dos Anjos, sob orientação do Prof. Dndo. Francisco de Assis Souza dos Santos, venho solicitar sugestões e a validação dos questionários e dos roteiros das entrevistas da pesquisa.

1. Espaço reservado para sugestões que possibilitem o aperfeiçoamento do questionário a ser aplicado aos docentes que ministram as aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina – ES.

---



---



---



---

2. Espaço reservado para sugestões que possibilitem o aperfeiçoamento do relatório a ser solicitado aos Diretores Escolares das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Colatina – ES.

---



---



---



---

Colatina – ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Anderson Mendes Batista dos Anjos

Após a ciência dos elementos estruturantes da dissertação acima referida, e a análise dos questionários a serem aplicados, considero válidos os instrumentos a mim apresentados pelo mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos para o desenvolvimento de sua pesquisa.

---

Prof. Dndo. Francisco de Assis Souza dos Santos

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: “RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA”

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

## 1. Identificação:

Nome: Marilene Cátia Rosme Sexo: ( ) M (x) FIdade: 45 anosFormação acadêmica: Mestra em Ciência da ReligiãoProfissão: ProfessoraFunção que desempenha atualmente: Professora de Ensino Religioso

Tempo de atuação no setor educacional: 23 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 20 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Identificação e encantamento. A princípio foi para a realização de um livro pessoal. Com o passar do tempo percebeu que era uma missão, um compromisso.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

Foi algo novo, me ajudou a amadurecer em alguns aspectos, principalmente a me despertar para o senso crítico e para o compromisso social.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Extremamente necessário. As mudanças sociais são frenéticas. A formação nos permite acompanhar essas mudanças, avaliá-las e atuar sobre elas.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim. Ela representa um componente importante na formação de uma sociedade cada vez mais plural.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Acredito que sim. A proposta de Ensino Religioso é algo novo. As partilhas e os debates ajudam a tornar os conteúdos mais claros e mais vivos as propostas destinadas a ele.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Podem ser diversificadas. O importante é que atendam a formação das competências.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

Os conteúdos são avaliados e selecionados de forma crítica, são passados por múltiplos olhares. Isso nos dá segurança.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Sim, seja na aceitação e concordância ou seja nas críticas, depende de como é oferecido.

Assinatura do(a) colaborador(a): Denise

Data: 25/05/2015

Contato: 99876-6974

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: “RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA”

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Viriane Furlhões de Souza Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 43 anos

Formação acadêmica: Formada em Língua Portuguesa (Letras/Letras)

Profissão: Professora

Função que desempenha atualmente: Atuo como professora regente

Tempo de atuação no setor educacional: 22 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 22 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Porque sempre gostei de educar e participar do processo ensino-aprendizagem na vida do discente.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

Todo início é repleto de expectativas, mas sempre desejei desempenhar um bom trabalho. Em todo o processo há momentos de alegria, satisfação e outros de frustração, porém considero "normal" os bons e ruins momentos.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Necessária e gratificante. Um momento onde há trocas de ideias e aprendizado.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim, pois é o único <sup>(em alguns casos)</sup> momento que o educando tem para refletir ~~avaliar~~ suas atitudes e evoluir como ser humano.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim. Querendo ou não é uma disciplina delicada, pois atendemos diversos alunos com suas religiões diferentes e temos a Formação Continuada como um "norte" que auxilia o professor.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

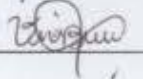
Debates, aulas expositivas, filmes, slides, entre outras.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

Tem contribuído muito, pois tudo que conversamos é utilizado, é de grande valia e propicia o professor ~~uma~~ estar preparando com antecedência suas aulas.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Sim. Eles participam e dependendo do conteúdo ficam ansiosos, pois gostam de conversar e compartilhar suas opiniões.

Assinatura do(a) colaborador(a): 

Data: 25/05/15

Contato: 99788-3516



## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: “RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA”

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: CARLA PATRICIA DA SILVA DETTONE Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 46 ANOS

Formação acadêmica: HISTÓRIA - PÓS (CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES HISTÓRIA DO BRASIL)

Profissão: PROFESSORA DE ENSINO RELIGIOSO

Função que desempenha atualmente: REGENTE DE CLASSE

Tempo de atuação no setor educacional: 12 ANOS

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 07 ANOS

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

ACREDITO QUE A EDUCAÇÃO É A BASE DAS ESCOLHAS DE NOSSA VIDA.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivenciou/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

MUITO BOA. AS EXPERIÊNCIAS ME AJUDARAM A AMADURECER E ADQUIRIR CONHECIMENTO NECESSÁRIOS PARA NÃO TOMAR DECISÕES ERRADAS.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

MUITO BOA. PARTILHAMOS EXPERIÊNCIAS E BUSCAMOS MELHORAR O PLANO DE CURSO ANUAL.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

COM CERTEZA. A PARTIR DO CONHECIMENTO APRENDEMOS A RESPEITAR E ACEITAR AS DIFERENÇAS RELIGIOSAS E CULTURAIS.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

SIM. PARTILHANDO OS SABERES SAÍMOS MAIS CONFIANTE E FORTALECIDOS PARA MINISTRAR AS AULAS.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO RELIGIOSO,  
CDs DE MÚSICAS E DVDS (FILMES),  
TEXTOS, VÍDEOS.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

ME ORIENTA E NORTEIA PARA TER  
SEGURANÇA E NÃO VACILAR.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

MUITO. OBSERVO QUE QUANDO TEMOS  
AMOR PELO QUE FAZEMOS TAMBÉM RECE-  
BEMOS ESTE AMOR E RESPEITO.

Assinatura do(a) colaborador(a): Carla Patrícia da Silva Dettore

Data: 09/09/2015

Contato: (27)99764-0354

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Hamilton Bred's Goulart Sexo:  M ( ) F

Idade: 40

Formação acadêmica: Licenciatura em História

Profissão: Professor

Função que desempenha atualmente: Professor de Ensino Religioso

Tempo de atuação no setor educacional: 13 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 13 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Porque eu gosto de ensinar.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

De início tive um pouco de dificuldade devido a inexperiência em sala de aula, depois consegui me adaptar bem na minha trajetória educacional.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Muito importante, pois além de ajudar no crescimento profissional, compartilhamos com os outros colegas de profissão nossas experiências.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim. Pois é uma disciplina de extrema importância na área educacional.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim. Pois ao compartilhar com os colegas as nossas experiências um ajuda ao outro ao contar suas experiências na sala de aula.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Conteúdos de acordo com a proposta pedagógica, além de refletir os valores que devemos encontrar em sociedade.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

Através das propostas pedagógicas e os planejamentos elaborados pelos participantes do FOCO.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Sim - Eles participam de forma ativa das aulas.

Assinatura do(a) colaborador(a): Hamilton Leão Goulart, Jr.

Data: 25/05/15

Contato: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

## 1. Identificação:

Nome: Resimeyre Romolow Sexo: ( ) M (X) FIdade: 43 anosFormação acadêmica: PedagogiaProfissão: Pedagoga / ProfessoraFunção que desempenha atualmente: Pedagoga

Tempo de atuação no setor educacional: 20 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 05 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Por acreditar que o saber desenvolve a sociedade.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

Foi a fase da minha vida onde mais tive sonhos. Saí da faculdade com expectativa de poder contribuir para melhoria da educação.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Penso que ela abre novos horizontes, nos faz rever nossas práticas e opiniões.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Com certeza, pois o fenômeno religioso precisa ser entendido como parte integrante da nossa cultura e do nosso ser.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim. Pois nestes momentos podemos aprofundar a teoria e melhorar a prática.



7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

De acordo com a Lei 9.394 que veta qualquer forma de proselitismo.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

A seleção tem sido feita a partir dos eixos temáticos aprofundados na formação.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

No momento não estou atuando na área.

Assinatura do(a) colaborador(a):

Rosimeyre Fomelou

Data: 25/05/2015

Contato: 99646-1118

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Irene Souza dos Santos Beceval Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 58 anos

Formação acadêmica: Pós Graduação em História

Profissão: Professor

Função que desempenha atualmente: Professora de Ensino Religioso e História.

Tempo de atuação no setor educacional: 20 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 20 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional? não escolhi, acredito-me escolhido

Não sei qual nome dá a isso, se foi um "dom"? Acho o mais provável. Sempre acreditei nos valores educacionais, apesar de pertencer a uma classe tão desvalorizada e desafiada cada vez maiores no mundo hoje.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

Não percebi o caminho que a maioria fez ou faz. Não fiz magistério, pois o curso era diurno e trabalhava em fábrica de roupa. Fiz curso em contabilidade (antigo segun). Me apaixonei por História que fiz as 3<sup>as</sup> séries e decidi que iria fazer "faculdade de História por

para pagar que não morresse apesar das dificuldades - 18 anos depois de graduada através de concurso, professor de Artes prática, sucedeu a chama e 2 anos depois, tive a oportunidade de atuar na mesma área e fui habilitada também em Ensino Religioso atuando desde então com muita dedicação em E. Religioso.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Como já disse, o mundo caminha velozmente, as demandas em todos os setores são inúmeras e crescentes; com a "educação", é indispensável uma qualificação constante e consciente de nossa prática pedagógica.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Partindo do pensamento de que o CR deve propiciar aprendizagem, eu acredito que sim, pois a ignorância gera intolerância e o conhecimento correto nos possibilita uma integração maior e consequentemente um diálogo respeitoso com as diversas culturas.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim, pois acontece uma troca de informações, depoimentos e estratégias que nos permite dinamizar o conteúdo.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Diversificadas: expositivas, pesquisas no laboratório de informática, dinâmicas, roda de conversa...

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula,

em especial, no que se refere à seleção de conteúdos? Tendo em vista, o desafio próprio da disciplina é necessário constantemente buscar cursos alternativos que nos possibilite uma seleção adequada e muitas vezes adaptada a nossa realidade.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Observo que hoje está muito mais desafiador manter esse interesse comparando a alguns anos atrás. Porém, quando dinâmicas, o diálogo e o debate acontece e consequentemente o desejo de conhecer as diversas culturas e o "fenômeno religioso".

Assinatura do(a) colaborador(a): Fredericujados Santos Pereira

Data: 11/09/2015

Contato: 37213228

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Jucara Falião Teixeira Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 42 anos

Formação acadêmica: Geografia

Profissão: Professora

Função que desempenha atualmente: Professora / Coordenadora

Tempo de atuação no setor educacional: 24 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 24/12

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

na época havia duas possibilidades - Científico ou Magistério, então mesmo sem opinião formada em relação ao magistério optei em cursar.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

A formação inicial foi difícil, uma etapa de muita luta e dificuldade, porém em muitos aspectos aprendi, desenvolvi habilidades que propiciaram um pouco mais de tranquilidade no trabalho diário.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Hoje, penso que diante de todos os avanços é quase improvável qualquer profissional permanecer equilibrado se estiver com constante formação.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim, por ser integrada ao processo ensino aprendizagem.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim, por ocorrer um diálogo onde se relata a experiência, que serve como troca de informações que fortalece a caminhada.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

São metodologias dinâmizadas.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

A formação continuada propicia um maior conhecimento sobre os conteúdos, assim sua seleção ocorrerá de forma mais tranquila.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Hoje, manter o aluno interessado é o grande desafio, mas acredito que uma aula dinâmica modifica um pouco esse cenário.

Assinatura do(a) colaborador(a): Fluxina

Data: 11/09/2015

Contato: 99626-6797

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Daniela da Silva Figueiredo Batista Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 31 anos

Formação acadêmica: Pós-graduada em Mestrado do Ens. Religioso

Profissão: Professora

Função que desempenha atualmente: Professora



Tempo de atuação no setor educacional: 12 anos.

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 2 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Por questão de afinidade com o setor (crianças e adolescentes).

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

Iniciei com magistério (antigo normal), o qual me deu um incentivo maior ainda para a conclusão do meu curso, que profissora.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Penso que é um meio de inovar suas habilidades e, também, aprender com a troca de experiências.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Com certeza.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim. Pois, além de adquirirmos conhecimentos como que é passado pelo mediador, podemos aprender com as trocas feitas entre colegas que ministram a mesma disciplina em outras instituições de ensino.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Preciso trabalhar com metodologias bem dinâmicas, através de debates, slides, notícias de jornais, filmes, dentre outras.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

O mediador da formação contribui levando bastante sugestões, e as aulas de estudos também, com isso montado um plano de ensino que elabora emuitas aulas.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Sim que parece, sim.

Assinatura do(a) colaborador(a): Danielza Figueiredo Batista

Data: 25/05/15

Contato: (27) 99755-3205

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Adriana Salete De Toni Rocha Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 40

Formação acadêmica: Pós-graduada

Profissão: Professora

Função que desempenha atualmente: Professora

Tempo de atuação no setor educacional: 3 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 3 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

É a área que me identifica e é onde posso potencializar meu talento e aprimorar minhas habilidades.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

A formação inicial foi importante e ainda está sendo, pois, agora na trajetória educacional estamos expandindo os conhecimentos adquiridos na formação inicial.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

É essencial para os profissionais do setor educacional, pois, é a alternativa para melhorar a prática docente.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim. Com o conhecimento adquirido os alunos aprendem a respeitar a disciplina de Ensino Religioso.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim. Dialogando com os colegas sobre os temas propostos, tirando as dúvidas e ministrando as aulas com mais segurança.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

livros, didáticos de Ensino Religioso, textos avulsos, vídeos, CDs,

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

Ajudando-me a ter segurança e orientando-me com o plano de curso de ensino.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Com certeza. Trabalhando com temas diversos e explorando as dúvidas dos alunos e com isso aprendendo a respeitar o diferente.

Assinatura do(a) colaborador(a): Adriana Salete De Toni

Data: 25/05/2015

Contato: (27) 99986-7795

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: "RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA"

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

## 1. Identificação:

Nome: Edna Darcello Sexo: ( ) M (x) FIdade: 47 anosFormação acadêmica: Superior LetraProfissão: ProfessoraFunção que desempenha atualmente: Professor

Tempo de atuação no setor educacional: 24 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: \_\_\_\_\_

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Porque gostar de mundanças, motivar alunos para temas críticos

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

- Admiração sobre o respeito que é religião?

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

Um estímulo a prática pedagógica.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim porque é através das aulas de Ensino Religioso que os alunos percebem presença da religião em toda cultura humana.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim As propostas de trabalhos (temas) dizem respeito as situações concretas dos alunos.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

-Aulas dinâmicas (documentários, trabalho com o jornal A Gazeta, LIED, revista Voz e o mundo jovem)

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

Os conteúdos refletem sobre o papel da família e o da escola em uma relação de respeito e admiração mútuas, proposta de acordo com o município.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Sim, pois tendo motivar os alunos a refletir sobre juventude e seus valores.

Assinatura do(a) colaborador(a):

Johna Barcellos

Data: 25/05/15

Contato: 3722.7194



## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA  
DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR – REDE MUNICIPAL  
DE ENSINO – COLATINA (ES)

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LINHA DE PESQUISA: “RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA”

ESTUDANTE PESQUISADOR: ANDERSON MENDES BATISTA DOS ANJOS

PROFESSOR ORIENTADOR: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DOS SANTOS

Prezado(a) Colaborador(a):

Este questionário faz parte da dinamização da pesquisa de mestrado que intencionamos realizar com professores que ministram aulas de Ensino Religioso Escolar na Rede Municipal de Ensino de Colatina (ES). Objetivamos, inicialmente, analisar e compreender os processos de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na referida área.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, é importante que você preencha os dados solicitados com atenção e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), autorizando, assim, a utilização dos dados obtidos para a realização da referida pesquisa.

1. Identificação:

Nome: Marcela Dalla Bernardino Sexo: ( ) M (X) F

Idade: 33

Formação acadêmica: Pedagogia

Profissão: Professora

Função que desempenha atualmente: Professora

Tempo de atuação no setor educacional: 7 anos

Tempo de atuação na função que desempenha atualmente: 5 anos

2. Por que escolheu atuar no setor educacional?

Identifico-me com esse setor e tenho a convicção de que um trabalho bem feito, surte um efeito positivo na educação.

3. Como analisa sua formação inicial? Escreva suas impressões, sentimentos e expectativas sobre como vivencia/vivenciou esta etapa, em sua trajetória educacional.

Magnífica. Vivenciei todos os tipos de sentimentos e expectativas, desde os melhores aos piores, senti medo, insegurança, satisfação, belíssimas experiências e reconhecimentos.

4. O que pensa a respeito da formação continuada, para os profissionais que atuam no setor educacional?

É uma maneira de estarmos atualizados, de trocar experiências, amadurecer ideias, de estar receptivos a novos conhecimentos e aprendizagens.

5. A disciplina de Ensino Religioso Escolar deve permanecer no currículo das escolas públicas de ensino fundamental?

Sim. Somos oportunizados a aprender a conviver melhor e a trabalhar os valores para a construção de uma sociedade melhor e conhecer a diversidade religiosa existente.

6. Sua participação na Formação Continuada, que acontece periodicamente, colabora para que o saber produzido pela coletividade, nos momentos dessa formação, possa repercutir nas atividades realizadas com os estudantes nas aulas de Ensino Religioso Escolar? Justifique sua resposta.

Sim. Somos oportunizados a aprender muitas coisas, dentre elas a conviver com as diferenças e respeitá-las.

7. Quais são as metodologias utilizadas nas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Diálogo, leitura, reflexão, escrita, dinâmicas entre outras.

8. Como a formação continuada tem contribuído para a sua prática em sala de aula, em especial, no que se refere à seleção de conteúdos?

Na formação sempre estudamos sobre a realidade que nos cerca, procuramos inserir as situações do dia a dia relacionando-as aos conteúdos ministrados.

9. Seus alunos tem demonstrado interesse pelas aulas de Ensino Religioso Escolar?

Sim. Meus alunos valorizam, a leitura de textos, reflexões, roda de conversa, troca de experiências, é um momento muito rico entre nós.

Assinatura do(a) colaborador(a): Marcela Dalla Bernardino

Data: 25/05/15

Contato: 998174772

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Marilei Waltis Osme  
Local: Colatina, E.S.  
Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos  
Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos  
Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Liviane Zulhões de Souza  
Local: Colatina, 25 de maio de 2015  
Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Carla Patricia da Silva Dettone

Local: Colatina - ES

Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Romilton Luis Goulart

Local: Colatina - ES

Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

APÊNDICE D

FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: \_\_\_\_\_

*Rosimerye Jomelaw*

Local: Colatina

Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: \_\_\_\_\_

*Anderson Mendes Batista dos Anjos*

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_



## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Frederico Luiz de Brito Beaudet

Local: Colatina

Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

##### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Juara Falcão Teixeira  
Local: Colatina  
Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos  
Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos  
Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Daniela Silva Figueiredo  
Local: Colatina  
Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos  
Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos  
Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Adriana Saete De Boni

Local: Colatina - ES

Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### FACULDADE UNIDADE DE VITÓRIA

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi todas as informações apresentadas no documento/questionário que preenchi e dei meu consentimento para participar da pesquisa do estudante Anderson Mendes Batista dos Anjos, do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, da Faculdade Unida de Vitória.

Autorizo o pesquisador e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, Linha de Pesquisa "Religião e Esfera Pública", a obter informações sobre a trajetória profissional e os processos pessoais e coletivos de Formação Continuada das/os professoras/es de Ensino Religioso Escolar da Rede Municipal de Ensino de Colatina(ES). Essas informações somente poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e deverão ser mantidas sob proteção do mestrando Anderson Mendes Batista dos Anjos e do grupo de pesquisa ao qual ele pertence.

Assinatura do(a) Colaborador: Marcela Dalla Bernardino  
Local: Colatina - ES  
Data: 25/05/2015

Nome do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Assinatura do Pesquisador: Anderson Mendes Batista dos Anjos

Nome do Orientador: Professor Doutorando Francisco de Assis Souza dos Santos

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_

## ANEXO

### ANEXO A

#### CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

#### RESOLUÇÃO CEE/ES N° 1.900/2009, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Art. 1° A disciplina Ensino Religioso a ser ministrada no Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Espírito Santo, obedecerá ao disposto na presente Resolução.

Art. 2° A disciplina Ensino Religioso, como conhecimento humano preservado desde os primórdios da humanidade, visa subsidiar o aluno para a compreensão do fenômeno religioso, presente nas diversas culturas e sistematizado por todas as tradições religiosas.

Art. 3° A disciplina Ensino Religioso, de matrícula facultativa, será oferecida, obrigatoriamente, em todas as modalidades do Ensino Fundamental das Escolas Públicas, nos horários normais de aula.

§ 1° No momento da matrícula, o aluno, se maior, ou seu representante legal, se menor, fará a opção pela disciplina Ensino Religioso ou por outra atividade a ser oferecida pela Escola no horário das aulas da disciplina.

§ 2° A formação de turma para a disciplina Ensino Religiosa independe do número mínimo de alunos.

§ 3° A carga horária da disciplina Ensino Religioso é de uma aula semanal, em todas as séries.

Art. 4° A carga horária da disciplina Ensino Religioso não será computada para a integralização da carga horária mínima anual de que trata o inciso I do artigo 24 da Lei 9.394/96-LDBEN, ou, no caso de modalidades do Ensino Fundamental, de carga horária definida em Resolução deste Conselho.

Art. 5° A Secretaria de Estado da Educação, com a assessoria do Conselho de Ensino Religioso do Espírito Santo – CONERES – entidade civil reconhecida e credenciada como representativa do Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo, através do Decreto n° 1.735-R. Publicado no Diário Oficial em 26/11/2009, elaborará os Princípios Norteadores da disciplina Ensino Religioso para as escolas públicas, com indicação de conteúdos programáticos da disciplina.

Parágrafo único. Tomando como referencial os Princípios Norteadores da Disciplina Ensino Religioso e as indicações de conteúdos programáticos elaborados conforme o caput deste artigo, as escolas incluirão a disciplina Ensino Religioso nos seus projetos pedagógicos, definindo os conteúdos, metodologia de ensino e recursos, de acordo com as peculiaridades da sua clientela e da comunidade em que estão inseridas.

Art.6° O registro da avaliação da disciplina Ensino Religioso será descritivo e o resultado da avaliação não será considerado para fins de aprovação ou retenção do aluno.

Art. 7° Nos dois primeiros anos, contados a partir da publicação desta Resolução, as secretarias de educação promoverão, em caráter emergencial, curso de formação específica em Ensino Religioso, com carga

horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, elaborado por comissão designada para esse fim, com a participação do CONERES, destinado a docentes da respectiva rede pública, com licenciatura em qualquer área do conhecimento ou habilitados em curso de nível médio, modalidade normal, que tenham interesse em ministrar Ensino Religioso.

Parágrafo único. No caso de vagas remanescentes, poderão ser aceitos como alunos do curso de que trata este artigo professores que não pertencem à respectiva rede pública que tenham as titulações supracitadas e que possam ser contratados temporariamente, se necessário.

Art.8º A docência da disciplina Ensino Religioso na rede pública do Estado do Espírito Santo será exercida por professores do quadro efetivo do Estado ou do município, em cada caso, se possuam, pelo menos, umas das seguintes situações:

I- licenciatura em qualquer área do conhecimento, acrescida de curso de pós-graduação lato sensu em Ensino Religioso que atenda às prescrições da Res. CNE/CES nº 01 de 08/06/07, alterada pela Resolução CNE/CES nº 5, de 25/09/08.

II- licenciatura em qualquer área do conhecimento, acrescida de curso de formação específica em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas.

III- curso médio, na modalidade Normal, acrescido de curso de formação específica em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

§ 1º Para suprir eventual falta de profissional do quadro efetivo nos termos deste artigo, será permitida a concessão de autorização temporária para o exercício do magistério da disciplina Ensino Religioso, considerando-se os seguintes requisitos, em ordem de preferência:

I- formação conforme incisos I e II do caput deste artigo, em ordem de preferência, e conforme o inciso III, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

II- formação em Ciência da Religião, com complementação pedagógica nos termos da Res. CNE/CP nº 02, de 26/06/97.

§ 2º A adequação dos cursos de formação específica em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, que não tenham sido elaborados na forma prescrita no artigo 7º desta Resolução, será avaliada por comissão constituída para esse fim, com representatividade do CONERES.

Art. 9º As secretarias de educação promoverão, para os professores com formação em nível superior de que trata o artigo 7º desta Resolução, a oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Ensino Religioso, elaborado com a assessoria do CONERES, nos termos da Res. CNE/CES nº 1, de 08/06/07, alterado pela Resolução CNE/CES nº 5, de 25/09/08.

Art. 10º O parágrafo único do artigo 191 da Res. CEE/ES nº 1.286/06 passa a não vigorar para o caso da contratação de professor para a disciplina Ensino Religioso.<sup>103</sup>

---

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/ES nº.: 1.900/2009. Dispõe sobre a oferta da disciplina Ensino Religioso no Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial *[dos Poderes do Estado]*, Vitória, 26 nov. 2009 p.13.